



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS CAMPUS I CAMPINA GRANDE-PB**

ANTONIEL BATISTA DOS SANTOS

**A EDUCAÇÃO POPULAR NA COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE SÃO
TOMÉ II E O ESTÍMULO À TECNOLOGIA SOCIAL DOS BANCOS DE
SEMENTES**

**CAMPINA GRANDE - PB
2017**

ANTONIEL BATISTA DOS SANTOS

**A EDUCAÇÃO POPULAR NA COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE SÃO
TOMÉ II E O ESTÍMULO À TECNOLOGIA SOCIAL DOS BANCOS DE
SEMENTES**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Curso de Especialização de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do Título de Especialista.

Orientadora: Professora Dra. Adriana de Fátima Meira Vital.

**CAMPINA GRANDE - PB
2017**



S237e Santos, Antoniel Batista dos.

A educação popular na Comunidade Eclesial de Base de São Tomé II e o estímulo à tecnologia social dos bancos de sementes. / Antoniel Batista dos Santos. - 2017.

66 f.

Orientadora: Professora Dra. Adriana de Fátima Meira Vital.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Ciências e Tecnologia; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano.

1. Educação popular. 2. Comunidade Eclesial de Base de São Tomé II. 3. Tecnologia social. 4. Banco de sementes. 5. Teologia da libertação. 6. Catolicismo. 7. São Sebastião de Lagoa de Roça - PB. 8. Alagoa Nova - PB. 9. Campanhas da Fraternidade - Igreja católica I. Título. II. Vital, Adriana de Fátima Meira.

CDU: 37:2(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

ANTONIEL BATISTA DOS SANTOS

**A EDUCAÇÃO POPULAR NA COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE SÃO
TOMÉ II E O ESTÍMULO À TECNOLOGIA SOCIAL DOS BANCOS DE
SEMENTES**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Curso de Especialização de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do Título de Especialista.

BANCA EXAMINADORA:

**Professora Dra. Adriana de Fátima Meira Vital.
Orientadora (UFCG)**

**Professora Dra. Norma Maria Oliveira Lima.
Examinadora (UFCG)**

**Professora Dra. Crislene Rodrigues Morais da Silva.
Examinadora (UFCG)**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Bom e Misericordioso Deus que, apesar de seu chamado primeiro em minha vida ser a vocação sacerdotal e ao pastoreio de Sua Igreja, ainda me permite continuar buscando novos conhecimentos na área da Educação.

À minha família.

À Universidade Federal de Campina Grande e a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários pela oportunidade da formação rica e solidária.

As professoras Crislene Moraes e Norma Lima pelo incentivo e dedicação ao Programa.

De modo especial a minha orientadora, professora Adriana de Fátima Meira Vital pela paciência e docilidade em me orientar e pela insistência para que eu concluísse esse trabalho.

Aos professores que doaram um pouco de seu tempo, paciência e conhecimentos para enriquecer o nosso, como também aos meus amigos (as) que trilharam junto a mim o caminho desta Especialização EJA-ECOSOL no Polo Campina Grande.

Às Comunidades Eclesiais de Base da paróquia de São Sebastião de Lagoa de Roça – PB.

Deus seja favorável a todos (as)!

RESUMO

Considerando os desafios e as influências do atual contexto social, ambiental, cultural, político e econômico e a importância das novas tecnologias sociais para minimizar problemas externalizados pelas sociedades, o trabalho analisa o desenvolvimento de tecnologias sociais e como estas podem influenciar a sustentabilidade socioeconômica das coletividades locais em situação de vulnerabilidade social no município de São Sebastião de Lagoa de Roça e Alagoa Nova – Paraíba, a partir da contribuição das Campanhas da Fraternidade, dentro das ações da doutrina social da Igreja permeada pela Teologia da Libertação e seu alcance predominante nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) muito influentes na motivação dos fiéis católicos para a luta sócio-política da sociedade. A Educação Popular, realizada pelas lideranças religiosas, como até mesmo por leigos (agentes de pastorais), constava em promover encontros formativos (não formais ou institucionalizados) e uma maior conscientização do protagonismo da pessoa humana. Dentre essas ações estavam os estudos bíblicos, baseados em passagens bíblicas que evidenciava o olhar misericordioso de Deus para com os filhos, de modo especial para com os pobres. E o método própria da Igreja para chegar a educação popular segue três ações basilares: “VER, JULGAR e AGIR. Já na metodologia adotada própria para nosso trabalho monográfico foi adotado o estudo de caso e constou de levantamento de dados junto à comunidade escolhida, além de entrevistas com os agricultores ‘guardiões das sementes’. Percebeu-se que os ajustamentos dos atores sociais às suas experiências de vida e contextos locais visam à melhoria da vida eclesial e social na sua prática cotidiana.

Palavras-chave: Novas tecnologias; Comunidade Eclesial de Base; Teologia da Libertação; Catolicismo.

ABSTRACT

Considering the challenges and influences of the current social, environmental, cultural, political and economic context and the importance of new social technologies to minimize problems outsourced by societies, the paper analyzes the development of social technologies and how these can influence the socioeconomic sustainability of collectivities places in a situation of social vulnerability in the municipality of. with the contribution of the Campaigns of the Fraternity, within the actions of the social doctrine of the Church permeated by Liberation Theology and its predominant reach in the Ecclesial Communities (CEBs) very influential in the motivation of the Catholic faithful for the sociopolitical struggle of society. Popular education, carried out by religious leaders, and even by lay people (pastoral agents), consisted in promoting formative meetings (non-formal or institutionalized) and a greater awareness of the leading role of the human person. Among these actions were the biblical studies, based on biblical passages that showed the merciful look of God towards the children, especially towards the poor. And the Church's own method of reaching popular education follows three basic actions: "SEE , JUDGE and ACT. The methodology adopted was a case study and consisted of data collection with the chosen community, as well as interviews with farmers 'seed guardians'. It was noticed that the adjustments of the social actors to their experiences of life and local contexts aim at the improvement of the ecclesial and social life in their daily practice.

Keywords: New technologies, Ecclesial Base Community, Liberation Theology, Catholicism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Espacialidade da rede de Bancos de Sementes no Estado da Paraíba.....	29
Figura 2 - Banco de Sementes Comunitário A e B.....	30
Figura 3 - Mesorregião do Estado da PB	33

LISTA DE QUADROS

Tabela 1 - Denominação para Tecnologia não convencional.....	14
Tabela 2 - Sistematização do paralelo entre tecnologia convencional e tecnologia alternativa.....	15
Tabela 3 - Temas e Lemas da Campanha da Fraternidade.....	25
Tabela 4 - Expressão de informação do Município de Alagoa Nova.....	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 TECNOLOGIAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	12
2.2 COMUNIDADES VULNERÁVEIS E COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE.....	17
2.3 A NOVA VISÃO ECLESIOLÓGICA NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.....	20
2.4 AS CAMPANHAS DA FRATERNIDADE E A BUSCA PELA IGUALDE.....	22
2.5 TECNOLOGIA SOCIAL: BANCOS DE SEMENTES.....	27
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS	31
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	31
3.2 INSTRUMENTO DA PESQUISA.....	32
3.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	33
3.4 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BAS.....	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
APENDICE A	51
APENDICE B	56
ANEXO	59

1 INTRODUÇÃO

A educação popular surge de várias formas, com diferentes métodos e aplicabilidade na sociedade hodierna, sendo para muitos a possibilidade de libertação, autonomia, empoderamento e promoção do protagonismo, como objetivo central do apelo educativo.

Segundo Mora (2007) na construção de uma sociedade mais justa que busque eliminar as manifestações da exclusão, todos os setores sociais – empresários, governantes, líderes religiosos, cientistas e membros de comunidades – devem esforçar-se em transformar as energias dos conflitos em força motriz de mudança. Não se trata de negar a existência dos conflitos na sociedade, mas, de forma estratégica, transformá-los em propulsores de novos arranjos sociais e institucionais, com novos formatos de tecnologia social.

Diante de tantos conflitos em torno da discussão de tecnologias e de meios sustentáveis para a manutenção e conservação do meio ambiente – Terra, “Casa Comum de todos” e uma busca constante de uma economia autônoma e sustentável, que traga justiça distributiva e solidariedade social, é relevante discutir sobre como é possível oferecer para a sociedade, mesmo que a partir, da realidade micro, alternativas de uma Educação Popular para o desenvolvimento de novas tecnologias que possam ser aceitáveis e plausíveis a sua realidade, sempre visando a correspondência às suas condições empíricas e práticas.

Consideramos que para minimizar dificuldades é importante buscar soluções e, para o enfrentamento de desafios que supram as necessidades das comunidades aliadas do processo produtivo, é imprescindível a inovação, que promove a tecnologia social, respaldada nos princípios da Economia Solidária, que, como afirma Baumgarten (2006), “é, pois, o conhecimento científico transformado em técnica, que, por sua vez, irá ampliar a possibilidade de produção de novos conhecimentos científicos.

Por isso baseamo-nos na importância e relevância que as novas tecnologias sociais, desenvolvidas atualmente no Brasil podem nos favorecer e que, com certeza, servem de baliza e orientação para desenvolver uma nova reflexão de como produzir e promover o desenvolvimento com sustentabilidade socioeconômica das coletividades locais em situação de vulnerabilidade social no Semiárido paraibano, de modo particular. Assim pensamos, principalmente, porque levamos em conta o contexto socioeconômico em que nos encontramos atualmente em nosso País, onde os mais pobres são também os mais atingidos pelas crises.

A visão de mundo predominante no catolicismo praticado nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) direciona para uma prática religiosa em contato com o mundo moderno e portadora da intenção de transformar o mundo tradicional, na proposta da fé viva. É nesse

cenário das tecnologias sociais, das propostas de minimização de problemas das comunidades mais vulneráveis a partir da adoção de propostas inovadoras e simples, mas de relevante valor para a organicidade das Comunidades Eclesiais de Base, que o trabalho terá curso.

Como líder religioso, administrador da Paróquia de São Sebastião e no meu papel de ator social, como representante da Instituição Católica, a qual tem sua jurisdição sitiada neste município, e por considerar-me objetivamente um educador e formador de opinião, mesmo que predominantemente no âmbito eclesial-religioso, porém com relevante influência na atuação das lideranças das Comunidades Eclesiais de Base de muitos outros cidadãos, senti-me tocado pelas inquietações das discussões fomentadas pelo *Curso de Especialização em Educação de Jovens e adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano*, ministrado na UFCG, e pela Campanha da Fraternidade 2016.

Nesse cenário, a pesquisa apresentada objetivou analisar como a Educação Popular desenvolvida pela Igreja Católica aliada ao incentivo da tecnologia social de Banco de Sementes tem ajudado no desenvolvimento, fortalecimento socioeconômico e segurança alimentar da Comunidade Eclesial de Base de São Tomé II no município de Alagoa Nova - PB.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TECNOLOGIAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ciência e Tecnologia ocupam papéis centrais nas sociedades contemporâneas (BORDIEU, 2008). Esses dois veículos do progresso são geralmente percebidos como elementos essenciais nas mais diversas atividades humanas. É, portanto, compreensível que questões que envolvam a formação, a produção, a distribuição e o consumo de ciência e tecnologia despertem reflexões no atual panorama da história da humanidade, mas também aumenta consideravelmente a exploração humana e dos recursos naturais, com desgaste e grande devastação sem precedentes, com o intuito de fomentar o desenvolvimento econômico criando, inclusive, graves problemas sociais e ambientais, com reflexo em todo o planeta (LATOURETTE, 2000).

O impacto da atividade humana tem assumido proporções que poderão causar danos irreparáveis à continuidade da vida sobre o planeta, agravando os problemas sociais já existentes e para os quais a própria humanidade ainda não encontrou solução. Na atualidade somos ainda os predadores da Nossa Casa Comum :o meio ambiente e a própria natureza (SILVA NETO E BASSO, 2010).

Frente à dilapidação do patrimônio natural e do avanço das diferenças que se acumulam entre as sociedades mais ricas e mais pobres, é urgente encontrar estratégias de renovação. Não é possível conceber crescimento sem sustentar o impacto da nossa ação sobre o planeta e sobre a vida das criaturas que, assim como nós, têm o mesmo direito a ter seu *habitat* respeitado, conservado e protegido contra a ação predatória do capitalismo destrutivo em que vive a sociedade moderna (ZANIRATO E RIBEIRO, 2006; VALLANCE et al, 2011)

O princípio da sustentabilidade que promove os valores do respeito por todos os seres, mesmo os espirituais, a cultura e tradições dos povos deve permear as relações, do contrário sofre sérios riscos de sofrer a pena da não continuidade da vida. Nesse aspecto, é importante remeter-se ao conceito de Economia Solidária que se encontra em sintonia com os princípios associados a outras práticas alternativas, como o comércio justo, a solidariedade social, a inclusão, a responsabilidade das empresas e instituições, entre muitas outras (SGUAREZI, 2011).

A abrangência e multiplicidade de experiências associadas a este modelo induz uma diversidade de novas práticas promotoras de novos valores, novas atitudes e novas formas de funcionamento perante o mercado, estabelecendo redes de intervenção coletiva e de cooperação

entre os vários setores da sociedade. Como também se faz necessário uma Educação embasada e permeada de valores solidários e alternativos quando a sociedade capitalista já não responde às necessidades fundamentais de uma sociedade de clama por valores mais humanitários e libertadores da consciência e da prática das suas relações interpessoais (ROBERTSON, 2007).

Segundo Laville (2005, p.303), a Economia Solidária estabelece as bases e fundamentos para uma outra globalização, mais equilibrada e mais solidária com os outros e com a natureza. Já segundo França (2003, p.33), “a Economia Solidária é uma corrente de pensamento e de ação que visa recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar a desigualdade, a pobreza e a exclusão”.

Pensar em Economia Solidária é pensar no desenvolvimento de tecnologias sociais como agente relevante para expansão de novas oportunidades de combinação de recursos materiais e humanos. A introdução de tecnologias sociais, por sua vez, implica a escolha entre diferentes possibilidades tecnológicas, por parte das políticas públicas e dos produtores (SCHWAB; FREIRAS, 2016)

A realidade de determinadas comunidades conduz à necessidade de ser dada prioridade as técnicas absorvedoras de mão-de-obra. Dessa forma, existirão técnicas que maximizarão o potencial social em termos de ocupação e renda e serão as mais apropriadas para as realidades locais em termos de desenvolvimento sustentável.

Segundo o Instituto de Tecnologia Social (ITS, 2004), a tecnologia social pode ser definida como “um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida”.

A princípio o termo “tecnologia apropriada” era um conceito restrito fortemente influenciado pelo movimento de contracultura Americana (JESUS COSTA, 2013). Entretanto ao longo do tempo surgiram diversas nomenclaturas para conceitos que, de alguma forma, estavam relacionados aquele por se contraporem a tecnologia convencional da escala tecnologia alternativa, como aponta Brandão (2001) (Quadro 1):

Quadro 1 - Denominações para Tecnologia não convencional

Tecnologia utópica	Tecnologia de auto-ajuda
Tecnologia intermediária	Tecnologia progressiva
Tecnologia adequada	Tecnologia popular
Tecnologia socialmente apropriada	Tecnologia do povo
Tecnologia ambientalmente apropriada	Tecnologia orientada para o povo
Tecnologia adaptada ao meio ambiente	Tecnologia orientada para a sociedade
Tecnologia correta	Tecnologia democrática
Tecnologia ecológica	Tecnologia comunitária
Tecnologia limpa	Tecnologia de vila, tecnologia radical
Tecnologia não violenta	Tecnologia emancipadora
Tecnologia não agressiva ou suave	Tecnologia libertária
Tecnologia branda	Tecnologia Libertatória
Tecnologia doce	Tecnologia de baixo custo
Tecnologia racional	Tecnologia de escassez tecnologia adaptativa
Tecnologia humana	
Tecnologia de sobrevivência	
Tecnologia poupadora de capital	

Fonte: Brandão, 2001

Todavia, se por um lado as tecnologias sociais em geral são de baixo custo, sustentavelmente adequadas impactando positivamente o ambiente, por outro enfrentam a desinformação da maioria das comunidades e estão sujeitas as concorrências de tecnologias tradicionais e de custo elevado (TEIXEIRA, 2007).

As tecnologias sociais vêm atender os anseios dos excluídos tendo como referência o cidadão, que se enriquece de conhecimentos e se viabiliza profissionalmente na troca de saberes, logo refletem as demandas da população de forma objetiva.

As experiências inovadoras podem ser avaliadas e valorizadas tanto pela sua dimensão de processos de construção de novos paradigmas e novos atores sociais, de fortalecimento da democracia e da cidadania, quanto pelos resultados que proporcionam em termos de melhoria da qualidade de vida (THOMAS, 2009)

Brandão (2001) ainda traça um paralelo entre uma sociedade baseada em tecnologia convencional e uma sociedade com base em tecnologias alternativas a essa, ou como o autor destaca entre “Hard technology” e “Soft technology”. O quadro ressalta o quanto uma sociedade baseada em tecnologias alternativas ao invés de tecnologia convencional se aproximaria da visão que melhor se encaixa em uma noção sustentável de desenvolvimento (Quadro 2).

Quadro 2 - Sistematização do paralelo entre tecnologia convencional e tecnologia alternativa.

Sociedade Baseada em tecnologia convencional (Hard Technology)	Sociedade Baseada em tecnologia alternativa (Soft technology)
1. Ecologicamente doente.	1. Ecologicamente sadia.
2. Grande consumo de energia.	2. Pequeno consumo de energia.
3. Alto índice de poluição.	3. Baixo índice de poluição.
4. Uso irreversível de materiais de energia.	4. Uso reversível de materiais e energia.
5. Funcional somente por tempo limitado.	5. Funcional por tempo ilimitado.
6. Produção em massa.	6. Indústria artesanal.
7. Especialização em alto nível.	7. Pouca especialização.
8. Núcleo familiar.	8. Unidades comunais.
9. Importância às cidades.	9. Importância às vilas.
10. Política de consenso.	10. Política democrática.
11. Fronteiras estabelecidas pela riqueza.	11. Fronteiras estabelecidas pela natureza.
12. Alienação da Natureza.	12. Integrada à natureza.
13. Comercio internacional.	13. Intercâmbio local.
14. Destruidora da cultura local.	14. Compatível com a cultura local.
15. Tecnologia passível e mal-usada.	15. Medidas de segurança contra mau uso.
16. Altamente destruidora de outras espécies.	16. Dependente do bem-estar e outras espécies.
17. Inovação regida por lucros e perdas.	17. Inovação regida pela necessidade.
18. Economia orientada para o crescimento.	18. Economia estabilizada.
19. Capital intensivo.	19. Trabalho intensivo.
20. Centralista.	20. Não-centralista.
21. Aliena jovens e velhos.	21. Integra jovens e velhos.
22. A eficiência geral aumenta com grandeza.	22. A eficiência geral aumenta com a pequenez.
23. Métodos operacionais muito complicados para a compreensão geral.	23. Métodos operacionais compreensíveis para todos.
24. Acidentes tecnológicos frequentes e graves.	24. Acidentes tecnológicos raros e sem gravidade.
25. Soluções únicas para problemas técnicos e sociais.	25. Soluções diversas para problemas técnicos e sociais.
26. Na agricultura, importância da monocultura.	26. Na agricultura, importância à diversificação.
27. Critérios de quantidade altamente valorizados.	27. Critérios de qualidade altamente valorizados.
28. Trabalho empreendido principalmente por dinheiro.	28. Trabalho empreendido principalmente por satisfação.
29. Produção alimentar feita principalmente por indústrias especializadas.	29. Produção alimentar feita por todos.
30. Ciência e tecnologia alienadas da cultura.	30. Ciência e Tecnologia integradas à cultura.
31. Pequenas unidades totalmente dependentes de outras.	31. Pequenas unidades auto-suficientes.
32. Ciência e tecnologia exercida por elites especializadas.	32. Ciência e Tecnologia exercida por todos.
33. Ciência e tecnologia separadas das outras formas de conhecimento.	33. Ciência e Tecnologia Integradas com outras formas de conhecimento.
34. Distinção acentuada entre labor/laser.	34. Distensão leve ou não existente entre labor/ lazer.
35. Desemprego em grande escala.	35. (conceito não válido).
36. Metas técnicas válidas somente para uma pequena porção do globo, por tempo limitado.	36. Metas técnicas válidas “para todos os homens em todos os tempos”.

Fonte: (BRANDÃO, 2001).

Essa discussão conceitual é importante para situar e valorizar o sentido transformador atribuído ao conceito de tecnologia social adotado pela Rede de Tecnologia Social (RTS, 2005): “Tecnologia social são técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social”.

A definição que busca o desenvolvimento sustentável opõe-se ao modelo de desenvolvimento dominante, que promove a fusão das empresas, a concentração do capital e da renda, o aumento da desigualdade social, a segregação urbana, a exclusão social, a

degradação do meio ambiente. Nesse modelo atual confunde-se crescimento econômico com desenvolvimento.

Mesmo nas épocas em que houve crescimento, não se reduziu a desigualdade. Temos observado que mesmo sem crescimento econômico os “agentes do mercado”, nos últimos anos, têm apresentado performances cada vez melhores, sejam os do setor financeiro, sejam os das grandes corporações (BAVA, 2004).

A inclusão social Mais do que atender às necessidades básicas de cada um, a inclusão social significa a valorização de cada qual como indivíduo e cidadão, seu acolhimento em coletivos que desenvolvam seu sentimento de pertencimento e que venham a promover a representação de seus interesses, que venham a permitir o desenvolvimento de suas capacidades para participar dos processos de decisão de interesse público (DAGNINO et al, 2004).

As tecnologias sociais – Mais do que a capacidade de implementar soluções para determinados problemas, podem ser vistas como métodos e técnicas que permitam impulsionar processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientem pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda.

Tal possibilidade depende de muitos fatores. Alguns dizem respeito diretamente à discussão em torno da questão das tecnologias sociais. As reflexões aqui apresentadas sugerem os seguintes pontos para discussão: Sobre a produção do conhecimento – As experiências em si, vistas de maneira isolada, não nos contam nada acerca de seu significado transformador.

Tem-se percebido uma série de iniciativas com objetivo de operacionalizar o conceito de desenvolvimento sustentável. Kinlaw (1997) estabeleceu cinco elementos comuns às diversas definições de desenvolvimento sustentável, os quais são utilizados como balizador de políticas: 1. Igualdade: significando igualdade entre todos e que os mesmos tenham acesso à oportunidade de melhorar seu bem-estar econômico; 2. Administração responsável: significando que os processos produtivos sejam desenvolvidos de forma responsável pelos produtores diretos organizados dentro da produção; 3. Limites: significa que todos devem ter conhecimento de limites dos recursos renováveis dentro da limitação da intervenção humana; 4. Comunidade global: significando que devemos assegurar um desenvolvimento ambiental seguro para toda população, e; 5. Natureza sistêmica: significando que o desenvolvimento deve corresponder à plena consciência das inter-relações das atividades humanas.

A proposta é promover a inclusão social no município, por meio da formação, mapeamento e disponibilização de Tecnologias Sociais, congregando conhecimentos para

construção de processos coletivos e eficazes para o desenvolvimento socioeconômico, contribuindo para promoção do desenvolvimento local.

Um dos exemplos atuais que sinalizam a importância da participação político-social das comunidades envolvidas nos projetos de desenvolvimento local é o da Articulação do Semi-Árido, uma rede de mais de setecentas entidades da sociedade civil, com seu programa de 1 milhão de cisternas para a região do semiárido nordestino.

2.2 COMUNIDADES VULNERÁVEIS E COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

A partir do período pós Segunda Guerra, adentrando na década de 1960, as questões sociais e ambientais assumem relevância e visibilidade, pelo modo de vida em que a civilização do Planeta Terra, nossa Casa Comum, expressa sua voracidade sobre a Natureza (MORIN, 2011).

Contudo, o que se questiona neste contexto é a supremacia da ânsia pelo lucro e avanço econômico em detrimento à destruição do ambiente, da saúde e do próprio homem que não é posto como sujeito, mas apenas um componente consumidor desse mecanismo capitalista e de seus avanços mercadológicos. Inclusive no meio rural, campesino esses fatores eram mais evidentes (BOFF, 2013).

Nesse período, os países que tinham a agricultura como base econômica, muito pressionada por organismos financiadores internacionais, adquiriram os agrotóxicos - tratados com o nome neutro de “defensivos agrícolas” eram incluídos junto com as sementes e os fertilizantes, nos financiamentos agrícolas. No Brasil a era ficou marcada como Revolução Verde, que ao contrário de eliminar a fome, trouxe extinção, doença e morte. Assim dentro de um novo contexto desafiador em que as comunidades eclesiais de base se encontravam a Igreja Católica embasada em sua Doutrina Social não pode calar-se, pois como nos afirma a Constituição Pastoral *GAUDIUM ET SPES* (alegria e esperança):

A finalidade fundamental da produção não é o mero aumento dos produtos nem o lucro ou a dominação, mas o serviço do homem e do homem completo, atendida a hierarquia das exigências de sua vida intelectual, moral, espiritual e religiosa; de todo o homem, sem distinção de raça ou região do mundo. Assim, a atividade econômica, e acordo com os métodos e as leis próprias, deve ser exercida dentro dos limites da ordem moral e tal modo que se cumpra o plano de Deus a respeito do homem (n. 64).

Logo, a Doutrina Social da Igreja desenvolvida no Concílio Vaticano II se preocupa com a integridade no homem em sua totalidade e defende essa máxima, não se exime do compromisso com a vida humana tanto no plano material quanto espiritual.

Foi nos anos 60 nos Estados Unidos, que veio o primeiro alerta da dilapidação com nosso planeta, com a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, onde a autora, Rachel Carson denunciava os efeitos adversos da utilização dos inseticidas e pesticidas químicos sintéticos, que faz com que se inicie o debate mundial quanto às implicações da atividade humana sobre o ambiente e o custo ambiental dessa contaminação para a sociedade humana (ALBUQUERQUE, 2009).

O período foi marcado por lutas que deram surgimento aos movimentos das sociedades, cansadas de agressões e violências. A década de 1960 é também considerada o período de surgimento das CEB's, das lutas em defesa dos camponeses, das periferias (BOFF, 1992). Pois ainda nos afirma a Carta Encíclica *POPULORUM PROGRESSIO* (O progresso das nações) do Papa Paulo VI:

Ao mesmo tempo, os conflitos sociais dilatam-se até atingir as dimensões do mundo. A viva inquietação, que se apoderou das classes pobres nos países em fase de industrialização, atinge agora aqueles que têm uma economia quase exclusivamente agrícola: os camponeses tomam consciência, também eles, de sua "miséria imerecida". A isto se acrescenta o escândalo das desigualdades clamorosas, não só no gozo dos bens, mas ainda no exercício do poder (n.9).

A partir de 1970 as CEB's se estendem pelos rincões do Brasil, assumindo cada vez mais uma militância sócio-política e propiciando uma variedade de interpretações a esse respeito como decisiva força de revigoração da sociedade civil (KRISCHKE; MAINWARING, 1979; PETRINI, 1984).

O impulso, como dito, veio com o Concílio Vaticano II, sob o papado de João XXIII. Este Concílio abriu espaços para discussões e orientações políticas da Igreja, no qual religiosos, não só católicos, começam a elaborar uma teologia vinculada às lutas sociais. Principalmente porque para o Concílio Vaticano II era sim necessária "[...] uma renovada tomada de consciência das exigências da mensagem evangélica lhe impondo a colocar-se a serviço dos homens para ajudá-los a colher todas as dimensões de tão grave problema e convencê-los da urgência de uma ação solidária nesta viragem da história da humanidade" (*POPULORUM PROGRESSIO*, n.1).

Nesse contexto teológico, fortalecido pelo pensamento social da Igreja, consolidado pela Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II, que o episcopado latino-americano realiza três conferências. Em Medellín na Colômbia, em 1968; em Puebla no

México, em 1979 e em Santo Domingo na República Dominicana, em 1992. Nas três, a preocupação fundamental é a Evangelização atualizada do povo latino-americano com numerosos problemas sociais. Segundo Dussel: “os movimentos de base são cada vez mais numerosos. Os grupos sacerdotais crescem em quase todos os países [...]. Os universitários se comprometem politicamente dentro de uma linha socialista (DUSSEL, 1981).

No Brasil a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) incentivou a participação de leigos em seus órgãos anexos, como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) CPT (Comissão Pastoral da Terra) e Comissão de Justiça e Paz. Medellín propiciou uma maior aproximação da Igreja Católica com outras igrejas e o apoio às atividades comunitárias. Esta última foi fundamental para o estabelecimento das CEBs, que uniam, através de pequenos e numerosos grupos, a reflexão política com a dimensão do sagrado (CNBB, 1984; OLIVERIA, 2001).

No âmbito das comunidades rurais nordestinas, a disseminação de ideais de igualdade, justiça social fez surgir movimentos reivindicatórios e libertários como as Ligas Camponesas, com forte atuação no campo. E nas cidades, seguindo inspiração semelhante e com o apoio da Igreja Católica, na época, surgiram as comunidades eclesiais de base, cuja capacidade de mobilização e articulação foi ampliada por meio da educação de base e da comunicação participativa.

Através das Comunidades Eclesiais de Base e das pastorais sociais, a Igreja Católica no Brasil transformou o seu discurso em ações proféticas de promoção humana e social. A palavra de denúncia de toda opressão e de anúncio do Reino de justiça e paz é acompanhada pelas conquistas sociais. A defesa do desenvolvimento do homem todo e de todos os homens se traduz em projetos alternativos de crescimento comunitário.

2.3 A NOVA VISÃO ECLESIOLOGICA COM A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

O Concílio Vaticano II foi uma forte influência para repensar um novo modelo eclesial. Para tanto, na América Latina, na Colômbia com a presença do Papa Paulo VI, apresentou-se uma oportunidade, um para recepcionar o Concílio Vaticano II na realidade Latino-americana e caribenha. É uma entrada dos cristãos da luta pelas necessidades básicas do povo: escola, saúde saneamento, e luta pela dignidade e cidadania. Como nos apresenta Beazzo (1993):

O Concílio Vaticano II (1962 - 65) foi o acontecimento que, a nível mundial, desencadeou essa leva de renovações eclesiais, “abrindo as portas” da Igreja de Roma à modernidade e proporcionando novas formas de eclesialidade a partir da realidade das Igrejas particulares. Segundo um padre e também sociólogo, a nível da

Igreja Universal, o acontecimento maior foi a inesperada primavera que a convocação do Concílio provocou, florescendo em caminhos de ecumenismo e diálogo com as demais religiões e os não-crentes, em *aggiornamento* da vida e das estruturas pastorais da Igreja, de seu serviço ao mundo e de sua reflexão teológica.

As comunidades eclesiais de base foram um espaço propício para que houvesse essa revolução. O cristão católico já não se contentava em ser apenas um agente passivo de sua história, de sua religião ou crenças, quando antes se satisfazia em ser meramente catequizando para os sacramentos – não menosprezando nem desvalorizado os mesmos –, mas passa para uma realidade de fé mais atuante unida a ação sócio-transformadora de seu meio e de sua própria história, como também toma consciência de que deveria ser um agente protagonista de sua comunidade (PONTIFÍCIO CONSELHO DA CULTURA, 1999).

A partir, então, da inserção do cristão na realidade política, é um modo novo de viver a fé, como também um novo modo de teologizar, de pensar a fé e fazer teologia, assim surge a Teologia da Libertação, a qual permeia as conferências da América latina, assim afirma o Documento de *Santo Domingo*: “A função profética da Igreja, que anuncia Jesus Cristo deve mostrar sempre os sinais da verdadeira ‘valentia’ (Cf. At 4,13; 1Ts2,2) em total liberdade diante do poder deste mundo” (n. 9). Isto é a missão profética deve ser sempre caracterizada pela ação de anunciar a Verdade evangélica do amor e da justiça e denunciar os desmandos daqueles que tentam oprimir seus semelhantes valendo-se de meios escusos e desumanos.

Pode-se falar, assim, de uma sociologia engajada com a Teologia da Libertação que assume uma abordagem marxista com forte influência de Gramsci. O conceito teológico de "reino de Deus", elaborado em contraposição ao conceito de "igreja", central para a Teologia da Libertação, foi fundamental para uma universalização do cristianismo como uma proposta ética e política para a América Latina. Assim, no âmbito da própria teologia, o catolicismo libertador se transmuta numa ética secular e política a ser incorporada no nível das consciências individuais, enquanto o catolicismo tradicional, enraizado na cultura popular, representaria a sobrevivência de um passado a ser superado e extinto.

Como afirma Lowy (2000) em sua análise do "cristianismo de libertação", a Teologia da Libertação poderia ser compreendida a partir de uma "afinidade eletiva entre ética religiosa e utopias sociais".

Assim, sendo a Teologia da Libertação nasceu na Igreja Católica como resposta à contradição existente na América Latina entre a pobreza extrema e à fé cristã de maioria de sua população. Para a Teologia da Libertação esta situação de pobreza fere o espírito do Evangelho,

ofendendo a Deus. “A Teologia da Libertação encontrou seu nascedouro na fé confrontada com a injustiça feita aos pobres” (BOFF, 2010, p. 14).

Nos afirma ainda QUEIROZ, 1965: Os estudos sobre os movimentos messiânicos no catolicismo rural aparecem na década de 1960, em seu trabalho está autora: Maria Isaura Pereira de Queiroz, que vai se posicionar como um divisor de águas entre os estudos eventuais e subsidiários sobre o catolicismo e a sua constituição como um objeto de pesquisa em si. Formada na escola de Bastide, seu livro, *O messianismo no Brasil e no mundo*, publicado em 1965, resultou de uma pesquisa bastante abrangente, iniciada em 1948.

Esses autores, acima citados, como também outros Teologia da Teologia da Libertação, vão enfatizar particularmente as diferentes linhas de atuação pastoral no interior da Igreja Católica e os conflitos que perpassam os diversos segmentos da hierarquia, relacionando-os com interesses de classe e com as aspirações presentes na sociedade como um todo. Esses estudos, por sua vez, acabam evidenciando um deslocamento da relação da Igreja Católica com o Estado para a relação com a sociedade civil, inserindo-se no campo de estudos dos movimentos sociais, no qual a atuação dos católicos se destaca por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais sociais.

Juntamente com os teólogos da libertação, esses cientistas sociais partilham da ideia de que a sociologia é uma mediação necessária entre a reflexão teológica e a prática pastoral, assim como um instrumento indispensável para se entender e avaliar a realidade social e explicar as causas da pobreza na América Latina. Como também um novo modo de fazer catequese: articulando a fé e vida.

Daí começa a fazer uma nova exegese a leitura com o papel das mulheres, das minorias, das crianças e de caráter ecológico. As Campanhas da Fraternidade têm como objetivo levantar bandeira em nome da sociedade, de modo especial, pelos mais marginalizados e menos favorecidos pelas políticas públicas de nosso país. Por isso ver-se nesse modo de fazer teologia um olhar de Deus preferencial pelos pobres.

2.4 AS CAMPANHAS DA FRATERNIDADE E A BUSCA PELA IGUALDADE

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) têm importância histórica muito significativa no Brasil também aqui no Nordeste no estado da Paraíba e na Diocese de Campina Grande as consequências sociais e políticas destes grupos vinculados a Teologia da Libertação são muito relevantes. Nós podemos testemunhar essa realidade de acordo com a institucionalização dessas comunidades no meio Rural, predominantemente.

Por meio da organização dos leigos das reflexões acerca do cotidiano e dos problemas diários tendo como referência a Bíblia além do apoio de padres e bispos para mobilização Popular acabaram gerando e ou apoiando vários movimentos sociais por todo o país tanto no meio urbano quanto no Rural em geral os intelectuais vinculados à igreja católica atribuem a instituição boa parte dos ganhos dos movimentos populares. (LESBAUPIN, 2000; OLIVEIRA, 2004).

As CEB's são, então, caracterizadas como congregações católicas nas quais o clero e os Agentes de pastoral estão engajados de uma forma ou de outra buscando juntos despertar a consciência política social e religiosa da comunidade local.

Na América Latina teria consolidado sua opção preferencial pelos pobres a partir de uma teologia voltada para a realidade do continente latino-americano configurada por uma expressiva desigualdade social proporcionada pelo sistema capitalista que por aqui se desenvolveu. Tendo como tema presença da igreja na atual transformação da América Latina essa conferência fomentou modelo novo de catolicismo preocupado com os problemas sócio-políticos e ao mesmo tempo deu legitimidade a uma nova organização.

Na década de 70 houve uma retomada das aspirações políticas. Daí vem um novo modelo de práticas da fé, a exemplo: Os trabalhadores começam, a se movimentar tanto no campo quanto nas cidades.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), desde suas primeiras experiências na década de 1960 até os dias atuais, vêm sendo objeto de intensas e variadas pesquisas, tanto na academia quanto no meio eclesial. Muitos foram os historiadores, sociólogos, antropólogos, teólogos, agentes de pastoral, leigos e clérigos, brasileiros e brasilianistas, que se dedicaram ao estudo das CEBs no Brasil, o que gerou conseqüentemente, uma volumosa produção bibliográfica, entre livros e artigos, dissertações e teses (DUSSEL, 1999).

A gênese e perfis das CEBs, suas formas de organização, militância política e orientação teológica são os temas mais abordados nessa infinidade de estudos sobre esse modelo de organização da Igreja Católica. As conclusões, inevitavelmente, são altamente diversificadas, tendo em vista as diferentes tonalidades e enfoques adotados nas pesquisas. (DOIMO, 1984).

Na América Latina teria consolidado sua opção preferencial pelos pobres a partir de uma teologia voltada para a realidade do continente latino-americano configurada por uma expressiva desigualdade social proporcionada pelo sistema capitalista que por aqui se desenvolveu. Tendo como tema presença da igreja na atual transformação da América Latina essa conferência fomentou modelo novo de catolicismo preocupado com os problemas sócio-políticos e ao mesmo tempo deu legitimidade a uma nova organização. (DUSSEL, 1999).

Uma proposição consolidada na literatura sobre o assunto é de que foi pequeno o número de pessoas membros das CEBS que efetivamente responderam as mensagens católicas da forma que objetivava o clero liberacionista, entretanto, fica evidente que a literatura que trata desta temática é muito menor do que aquela que trata dos processos políticos e sociais dos trabalhos das CEBS.

Neste sentido, pode-se dizer que as práticas liberacionista nem sempre ocorrem da forma racional esperada pelos intelectuais e as diversas concepções católicas podem se mesclar, sendo impossível encontrar uma forma pura (ALVES, 2002).

A Campanha da Fraternidade (CF) foi uma das muitas estratégias utilizadas pela Igreja para manter acesa a chama entre os fiéis e a religião, mas esta campanha é, de modo específico, um movimento que chama atenção por sua amplitude e a facilidade com que adentra aos lares das famílias brasileiras, difundindo as ideias católicas e movimentando, de verdade, uma grande massa de seguidores (e até de não seguidores) em prol dos temas propostos anualmente. Os recursos utilizados para fixação das mensagens são visuais e auditivos, o que facilita, consideravelmente, a lembrança dos temas.

A CF surgiu em 1961, como um movimento assistencialista promovido pela Igreja Católica de Natal/RN para arrecadar fundos para a Cáritas Brasileira, que ganhou força nos anos seguintes devido à sua repercussão na região já que, no ano seguinte, mais três dioceses se juntaram à de Natal, com a mesma finalidade.

Assim, apenas dois anos depois, em 23 de dezembro de 1963, Dom Helder Pessoa Câmara (secretário geral da CNBB e arcebispo do Rio de Janeiro, na época) acreditou ser propício o registro oficial de nascimento da Campanha da Fraternidade, pois, naquele ano, 16 dioceses do Nordeste realizaram mais uma campanha, que não teve êxito financeiro, mas, realizada à luz e na perspectiva das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral (Evangelizadora) da Igreja em nosso país e do Concílio do Vaticano II, foi o incentivo que faltava para que se desenvolvesse um projeto anual dos organismos nacionais da CNBB e das Igrejas Particulares no Brasil.

A CNBB passou a assumir a CF. Nesta transição, foi estabelecida a estruturação básica da CF. Em 1967, começou a ser redigido um subsídio, maior do que os anteriores, para a organização anual da CF. Nesse mesmo ano, iniciaram-se também os encontros nacionais das Coordenações Nacional e Regionais da CF. Em 1970, a CF ganhou um especial e significativo apoio: a mensagem do Papa, transmitida em cadeia nacional de rádio e televisão, quando de sua abertura, na quarta-feira de Cinzas, aliás, a mensagem papal continua enriquecendo a abertura

da CF. A partir de 1971, tanto a presidência da CNBB como a Comissão Episcopal de Pastoral começaram a ter uma participação mais intensa em todo o processo da CF (CNBB, 2002).

Até os dias de hoje, a Campanha da Fraternidade é um movimento desenvolvido no período quaresmal, ou seja, a época de conversão e penitência, com a intenção de “[...] ajudar os cristãos e as pessoas de boa vontade a viverem a fraternidade em compromissos concretos, no processo de transformação da sociedade, a partir de um problema específico que exige a participação de todos, na busca de alternativas de solução”. (CNBB, 2002).

Quadro 3 - Temas e Lemas da Campanha da Fraternidade.

Ano	Tema	Lema
CF- 64	Igreja em renovação	Lembre-se: você também é igreja
CF - 65	Paróquia em renovação	Faça de sua paróquia uma comunidade de fé, culto e amor renovação do cristão
CF- 66	Fraternidade	Somos responsáveis uns pelos outros
CF- 67	Co-responsabilidade	Somos todos iguais, somos todos irmãos
CF- 68	Doação	Crer com as mãos
CF- 69	Descoberta	Para o outro, o próximo é você
CF- 70	Participação	Participar
CF- 71	Reconciliação	Reconciliar
CF- 72	Serviço e vocação	Descubra a felicidade de servir
CF- 73	Fraternidade e libertação	O egoísmo escraviza, o amor liberta
CF- 74	Reconstruir a vida	Onde está teu irmão?
CF- 75	Fraternidade é repartir	Repartir o pão
CF- 76	Fraternidade e comunidade	Caminhar juntos
CF- 77	Fraternidade na família	Comece em sua casa
CF- 78	Fraternidade no mundo do trabalho	Trabalho e justiça para todos
CF- 79	Por um mundo mais humano	Preserve o que é de todos
CF- 80	Fraternidade no mundo das migrações exigência da eucaristia	Para onde vais?
CF- 81	Saúde e fraternidade	Saúde para todos
CF- 83	Fraternidade e violência	Fraternidade sim, violência não
CF- 84	Fraternidade e vida	Para que todos tenham vida
CF- 85	Fraternidade e fome	Pão para quem tem fome
CF- 86	Fraternidade e terra	Terra de deus, terra de irmãos
CF- 87	A fraternidade e o menor	Quem acolhe o menor, a mim acolhe
CF- 88	A fraternidade e o negro	Ouvi o clamor deste povo!
CF- 89	A fraternidade e a comunicação	Comunicação para a verdade e a paz
CF- 90	A fraternidade e a mulher	Mulher e homem: imagem de deus
CF- 91	A fraternidade e o mundo do trabalho	Solidários na dignidade do trabalho
CF- 92	Fraternidade e juventude	Juventude - caminho aberto
CF- 93	Fraternidade e moradia	Onde moras?
CF- 94	A fraternidade e a família	A família, como vai?

CF- 95	A fraternidade e os excluídos	Eras tu, senhor?
CF- 96	A fraternidade e a política	Justiça e paz se abraçarão!
CF- 97	A fraternidade e os encarcerados	Cristo liberta de todas as prisões!
CF- 98	Fraternidade e educação	A serviço da vida e da esperança!
CF- 99	Fraternidade e os desempregados	Sem trabalho... Por quê?
CF - 00	Dignidade humana e paz	Novo milênio sem exclusões
CF-01	Campanha da fraternidade	Vida sim, drogas não!
CF-02	Fraternidade e povos indígenas	Por uma terra sem males
CF-03	Fraternidade e pessoas idosas	Vida, dignidade e esperança
CF-04	Fraternidade e água	Água, fonte de vida
CF -05	Solidariedade e paz	Feliz os que promovem a paz
CF-06	Levanta-te, vem para o meio	Fraternidade e pessoas com deficiência
CF-07	Vida e missão neste chão	Fraternidade de Amazônia
CF-08	Escolhe, pois, a vida	Fraternidade e a defesa da vida
CF-09	Fraternidade e Segurança Pública	A paz é fruto da justiça
CF -10	Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro	Economia e Vida
CF -11	A criação geme em dores de parto	Fraternidade e a Vida no Planeta
CF -12	Que a saúde se difunda sobre a terra	Fraternidade e saúde pública
CF -13	“Eis-me aqui, envia-me!”	“Fraternidade e Juventude”
CF -14	“Fraternidade e Tráfico Humano”	“É para a liberdade que Cristo nos libertou”.
CF -15	“Fraternidade: Igreja e Sociedade”	“Eu vim para servir”
CF -16	“Casa comum, nossa responsabilidade”	“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca”.
CF -17	“Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida”	“Cultivar e guardar a criação”

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Assim podemos perceber a importância das Campanhas da Fraternidade que de modo especial tem desenvolvido em nossa diocese de Campina Grande várias ações beneficentes e conscientização da população a da própria comunidade eclesial como um todo. Sempre na “quarta-feira de cinzas” dá-se início a Campanha que a cada ano trata de uma tema e lema específicos como explicitado na tabela acima.

As paróquias que compõem o corpo da diocese também desenvolvem junto às suas comunidades ações motivacionais com seus agentes leigos e comunidades eclesiais de base para que se desenvolvam no âmbito social uma reflexão e ações concretas em prol do povo de Deus. Dentre os diversos temas da CF, percebe-se a ênfase no ambiente e na vida (CNBB, 2008).

2.5 TECNOLOGIA SOCIAL: BANCOS DE SEMENTES

A formação dos bancos de sementes é considerada uma prática relativamente simples que pode beneficiar muitas famílias de agricultores que vivem na zona rural. E assim, sempre que houver terra, chuva e alguém disposto a plantar, também haverá sementes para atender esses agricultores familiares.

Essas iniciativas surgidas a partir das mobilizações de entidades locais, como os movimentos sociais e as igrejas com o intuito de gerar um processo de resgate de materiais mais adaptados à região semiárida do Nordeste e garantir a autossuficiência das comunidades com relação às sementes, foram os bancos de sementes comunitários (CORDEIRO; FARIAS, 1993).

Essas estruturas além de servir primariamente para a armazenagem de sementes de culturas alimentares, forrageiras e de vestuário, devem exercitar em seus associados, o espírito cooperativo, a prática da solidariedade, o aprendizado de técnicas de gestão, bem como o resgate e a conservação de variedades locais (ARAÚJO et al., 2004).

Os Bancos de Sementes Crioulas (BSC) surgiram através da atuação de setores da Igreja Católica junto às comunidades nas CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) em alguns estados do Nordeste brasileiro (CORDEIRO, 1993), para a preservação das variedades crioulas de sementes.

Os BSC são estratégia em meados da década de 70 e constituem-se como uma forma agroecológica de resistência adotada por movimentos sociais camponeses e por camponeses em geral, ao avanço das sementes controladas pelas empresas, sejam elas híbridas ou transgênicas.

Sobre legislação que referencie as sementes crioulas Alves et al (2010) escrevem:

“A lei nº 10.771/ 2003, conhecida como “nova lei de sementes e mudas” apresenta diversos aspectos de reconhecimento das “sementes crioulas”. Embora a versão original submetida ao Congresso Nacional não previsse nenhuma abertura legal para o emprego das variedades crioulas nos programas governamentais, os movimentos sociais e as ONGs, mobilizadas em torno da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), conseguiram influenciar o conteúdo da legislação, o que incluiu, pela primeira vez, o reconhecimento oficial dessas sementes, permitindo sua produção, comércio e uso”.¹.

Em agosto de 2003 foi promulgada a nova Lei brasileira de Sementes e Mudas que ocorreu em função de uma antiga pretensão dos setores produtores de sementes e das empresas envolvidas em pesquisa e desenvolvimento de novas cultivares. Essa nova lei teve o sentido de incentivar o investimento privado e facilitar a concentração e o controle das grandes empresas sobre o mercado sementeiro, sobretudo através da classificação e controle de gerações das sementes (LONDRES, 2006).

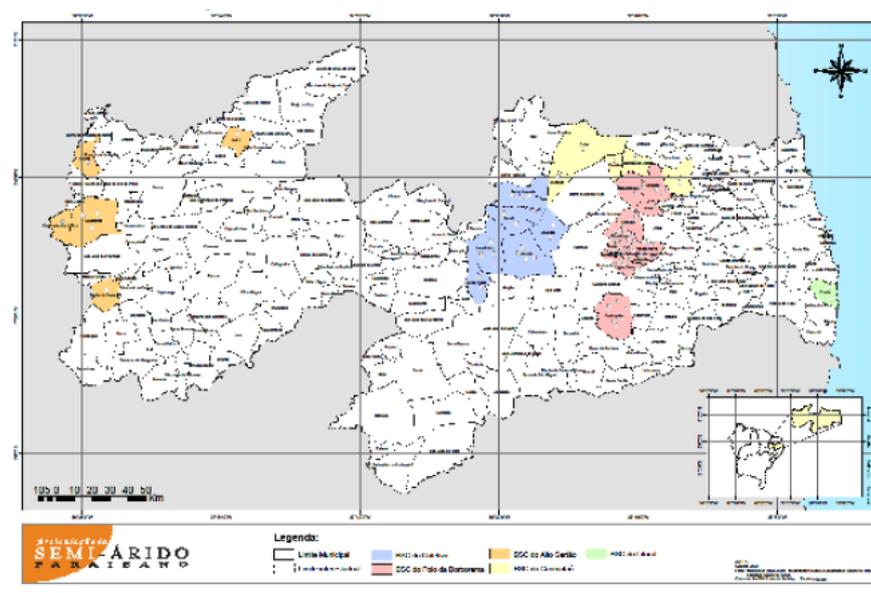
¹<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8606.html>

Podem ser citadas, por exemplo, o GIAS – Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável no Mato Grosso, que surgiu em 1999 a partir de uma discussão sobre agricultura sustentável realizada por movimentos sociais e organizações civis, atuando na rede de trocas de sementes tradicionais. O GIAS nomeia sua experiência como armazéns da agrobiodiversidade (CABRAL, 2007). Só no estado do Mato Grosso foram identificadas e conservadas 50 variedades de feijão (*Phaseolus vulgaris*), 42 variedades de milho (*Zea mays*) e 26 variedades de arroz (*Oryza sativa*).

Outro exemplo brasileiro é o da UNAIC – União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu - RS, que surgiu em 1994, através da Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica. Na região, diversas variedades de sementes crioulas de milho e feijão foram recolhidas.

Uma das mais conhecidas experiências, contudo, é a do Banco de Sementes denominado Sementes da Paixão, uma estratégia criada pela Articulação do Semi-Árido paraibano (ASA-PB) e da AS-PTA, que teve início em 1993 na mesorregião do Agreste Paraibano nos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca. Só no Agreste paraibano foram identificadas e conservadas 28 variedades de feijão de arranque (*Phaseolus vulgaris*), 22 de feijão macassa (*Vigna unguiculata*) e 17 de fava (*Phaseolus lunatus*) (CORDEIRO, 2006).

Figura 1 - Mapa da espacialidade da rede de Bancos de Sementes no Estado da Paraíba.



Fonte: ASA-PB, 2009.

As variedades de sementes crioulas locais são partes fundamentais da história de muitas comunidades. Altieri e Nichols (1989) destacam que muitas são valorizadas por parte dos

agricultores, por estarem imbuídas de valores culturais, como o seu sentido simbólico em cerimônias religiosas ou o seu uso como presente de casamento ou como recompensa em projetos de trabalho comunitário.

Ribeiro (2003) ressalta que a valorização do cultivo de alimentos está relacionada à cultura local, e, em muitos casos foi-lhe atribuído um valor místico de acordo com as tradições assim, “a diversidade agrícola interage dinamicamente com a diversidade cultural”. Significando que tem a ver com a identidade camponesa e com o sentimento de pertencimento do povo do campo.

No Nordeste brasileiro, a prática e uso dessa tecnologia social de estocagem de sementes e grãos mantêm relações com a fé popular, que valoriza a união e a proximidade entre os camponeses (coletivismo), que se juntam em períodos de festas ou até mesmo nas conhecidas rodas de conversas, para discutirem e trocarem experiências sobre suas formas de produção. Contudo, é preciso considerar, como aponta Casoy (2003) a importância da fé do camponês na tradição de celebrar o dia dos santos que protegem a produção e a colheita. Como parte das tradições, antigamente, os fiéis guardavam sementes dentro das imagens dos santos, acreditando que seriam abençoadas e que trariam uma produção farta.

No estado da Paraíba a introdução da experiência de um banco de sementes comunitário nas comunidades rurais trouxe consigo um discurso de conscientização sobre os impactos causados pelo uso de insumos tóxicos nos roçados.

Almeida (2001) anota que a primeira experiência de BSC registrada na Paraíba surge no ano de 1992, no Assentamento Três Irmãos, logo após a conquista e posse do direito de uso das terras. Contando com o apoio da CPT/Sertão e de um projeto da Cáritas Brasileira, que liberou recursos para a comunidade construir casas e poços, comprar carroças e animais.

A partir de então, muitos agricultores passaram a produzir de forma natural e sustentável. Segundo os dados da Rede Sementes da Paraíba, o estado possuía em 2006 o número de 476 silos, 228 (BSC) e contava com a participação de 6.561 famílias associadas, distribuídas em 61 municípios.

Nascimento et al (2002) ressalta que há dois tipos de estocagem de sementes: os bancos de sementes comunitários (BSC) e os bancos de sementes familiares (BSF). Os BSF, algumas famílias camponesas optam por estocar as sementes de forma caseira, em garrafas PET, contribuindo para a preservação do meio ambiente. Essa reserva é utilizada em momentos de dificuldades econômicas, sendo vendidos diretamente no mercado ou através de atravessadores. No (BSC) os estoques são disponibilizados tanto aos camponeses das comunidades que

possuam o banco, quanto para outras áreas como as de assentamento que possam vir a necessitar de sementes para consumo ou plantio, obedecendo a uma regra de devolução (Figura 2).

Figura 2 - Banco de Semente Comunitário (A) e Banco de Semente Familiar (B).



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

É preciso que se adotem ações eficazes e que se estabeleça a cooperação para a proteção dos ecossistemas e para a conservação dos recursos biológicos e genéticos, dos saberes, culturas e tradições, para a melhoria das funções dos ecossistemas e para a manutenção do equilíbrio ecológico da grande Teia da Vida; nessa perspectiva, a participação e o apoio das comunidades locais são fundamentais.

De acordo com Almeida (2001) para o armazenamento adequado, tem como princípio a baixa umidade e a vedação, sendo utilizados cabaças, latões de querosene, garrafas e garrafões de vidro ou de plástico, baldes ou silos de zinco, sempre vedados. Comumente realizam-se testes de competição entre diferentes variedades resgatadas para que os agricultores possam avaliar suas características e a sua adaptabilidade a condições locais, bem como implantam-se campos de multiplicação de sementes das variedades em risco de desaparecimento, ou para as quais há maior demanda pelos agricultores (CUNHA, 2013).

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa caracterizou-se como estudo de caso, com abordagem bibliográfica e documental. Segundo Lakatos e Marconi (2007) a pesquisa bibliográfica pode ser entendida como o ato de ler, selecionar, fichar e arquivar conteúdos de interesse para a pesquisa a qual está sendo elaborada. É importante salientar que não se pode apenas colecionar um grande número de pesquisas sobre determinado assunto, mas fazer uma avaliação deste material e rejeitar o que é inadequado, o que exige muita habilidade e sensibilidade do pesquisador.

Oliveira (2007) argumenta que a pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação. Esse tipo de pesquisa é feito a partir de materiais que se encontram elaborados, e que podem receber nova reformulação. Para Gil (2002) tem a finalidade de reunir, classificar e distribuir os documentos de todo gênero.

Ocorre quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico e são baseados em documentos como, revisões bibliográficas, pesquisas historiográficas, de onde extraem a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta (PIMENTEL, 2001).

YIN (2001) esclarece que o estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc.. Para Boaventura (2004) essa metodologia de pesquisa envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

3.1.1 Instrumentos da pesquisa

Para consecução dos objetivos da pesquisa foram realizadas entrevistas com dois representantes da estratégia: um agricultor experimentador da comunidade São Tomé 2, guardião das sementes e um funcionário da AS-PTA.

Optou-se por realizar entrevistas semi-estruturadas e individualizadas. Esta metodologia de coleta de dados, amplamente utilizada nas ciências sociais empíricas, fornece dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. Conforme salienta Farnar (2002) “é essencialmente uma técnica, ou método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou pontos de vista sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista”.

Além desse procedimento, paralelo ao trabalho das entrevistas, efetuaram-se observações de campo que permitiram constatações empíricas relativas à vivência do grupo pesquisado, sempre com o cuidado necessário para a eficácia da observação na pesquisa científica dando ênfase aos registros das narrativas a fim de compreender as estratégias em observação.

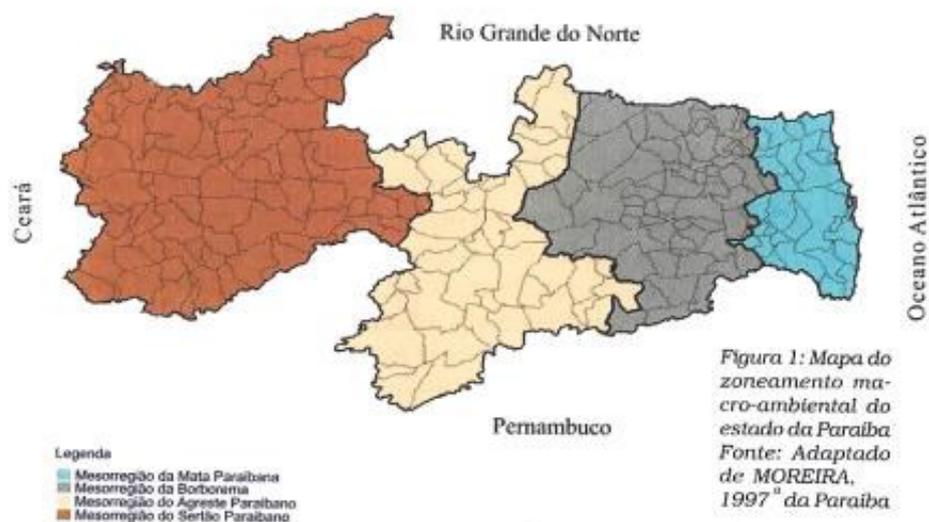
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA

Alagoa Nova está localizada na Mesorregião Agreste Paraibano do Estado da Paraíba. A região era primitivamente habitada pelos índios Bultrins, da nação Cariri. Foi fundado um aldeamento, a Aldeia Velha, posteriormente chamado de Bultrin. Com a promulgação do Diretório dos Índios, em 1760 as terras indígenas do aldeamento extinto foram invadidas por fazendeiros, gerando um conflito com os indígenas

A Área é de 122 km² representando 0.2166% do Estado, 0.0079% da Região e 0.0014% de todo o território brasileiro. A sede do município tem uma altitude aproximada de 530 metros distando 98,8123 Km da capital. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 239/BR 104/PB 097 (IBGE, 2006).

A área da unidade é recortada por rios perenes, porém de pequena vazão e o potencial de água subterrânea é baixo. A vegetação desta unidade é formada por Florestas Subcaducifólica e Caducifólica, próprias das áreas agrestes. O clima é do tipo Tropical Chuvoso, com verão seco. A estação chuvosa se inicia em janeiro/fevereiro com término em setembro, podendo se adiantar até outubro (Figura 3).

Figura 3 - Mesorregiões do Estado da Paraíba.



https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_da_Para%C3%ADba.

Os dados do município são apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 - Expressão de informações do município de Alagoa Nova, PB.

Área da unidade territorial de 2016: 122, 255 km ²
Esgotamento sanitário adequado em 2010: 38,1%
Arborização de vias públicas em 2010: 67,7%
Urbanização de vias públicas em 2010: 21%
População estimada para o ano de 2017 é de 20.689 pessoas.
População no último censo de 2010 é de 19.689 pessoas.
Densidade demográfica em 2010 é de 160,98 hab/km ²
Referente à economia:
PIB per capita de 2014: R\$10.995,28
Percentual das receitas oriundas de fontes externas em 2015: 93%
Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) em 2010: 0,576
Salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2015: 1,7 salários mínimos
Pessoal ocupado em 2015: 1.584 pessoas
População ocupada em 2015: 7,7%
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo em 2010: 51,8%
Taxa de escolaridade de 6 a 14 anos de idade e 2010: 97,9%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental em 2010: 4,4

IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental em 2010: 3,3
Matriculas no ensino fundamental: 3.229 matrículas
Mortalidade infantil em 2014: 17,86 óbitos por mil nascidos vivos
Intenções por diarreia em 2016: 1,7 internações por mil
Estabelecimentos de Saúde SUS em 2019: 13 estabelecimentos

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ECLESIAIS DE BASE SÃO TOMÉ II

A pesquisa foi realizada na comunidade rural São Tomé II, localizada no município de Alagoa Nova. A comunidade possui 57 famílias residentes em sua área. As mesmas são atendidas na Unidade Básica Saúde da Família (UBSF) Santo Antônio, localizada no Sítio Canta Galo na Âncora de Edgar localizada no Sítio Camucá na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça. Atualmente está sendo construída outra unidade de saúde na área da própria comunidade (São Tomé).

Segundo dados obtidos por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, à Comunidade São Tomé II, configura-se em uma estimativa no atendimento de 84 famílias com uma média de 5 a 6 membros por grupo familiar, em seu perfil educacional não possui atualmente a modalidade de Educação de Jovens e Adultos -EJA, a comunidade não tendo sede própria para as reuniões de seus associados, logo realiza suas reuniões no grupo escolar São Tomé, o qual está na jurisdição do município de São Sebastião de Lagoa de Roça.

Considerando o fato de que a Comunidade São Tomé II encontra-se em divisa territorial entre os municípios de Alagoa Nova e São Sebastião de Lagoa de Roça.

Relacionado à assistência de saúde da comunidade, ainda em construção da Unidade Básica Saúde da Família (UBSF), os atendimentos são realizados no Posto Josefa Delfino popularmente conhecido como Posto de São Tomé.

Na tabela a seguir, estão dispostos alguns dados referentes aos principais produtos, produção pecuária, grau de escolaridade e total de membros por família.

Quadro 5 - Informações referentes à produção agrícola:

PRODUÇÃO AGRÍCOLA: PRINCIPAIS PRODUTOS	PRODUÇÃO PECUÁRIA	GRAU DE ESCOLARIDADE	FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO BANCO DE SEMENTES	TOTAL DE MEMBROS POR FAMÍLIA
---	--------------------------	-----------------------------	--	-------------------------------------

Feijão, Macaxeira, Milho, Batata Doce e Fava.	Criação de Bovinos, Suínos, Caprinos e Aves.	Maior parte da população possui Ensino Fundamental Completo e outra parte Ensino Médio Completo.	Estima-se, segundo o presidente: 150 famílias para além das fronteiras da Comunidade.	Estimativa de 05 a 06 membros por família.
---	--	--	---	--

Fonte: Dados informados pela Agente Comunitária de Saúde da Comunidade Rural Socorro Pirangí.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro entrevistado foi o senhor José de Oliveira Luna, mais conhecido como Zé Pequeno, agricultor e experimentador, morador da comunidade desde 1974 e vinculado à Paróquia de Esperança – PB.

Sobre a ideia da formação dos bancos de sementes, o entrevistado resgatou suas memórias e vivência e contou que foi fruto dos anseios de toda uma comunidade, daí a sua alegria e uma certa nostalgia ao nos relatar que:

No Ano de 1974, fundamos este banco de sementes comunitárias nesta comunidade, pela necessidade que tinha das sementes crioulas que hoje chamamos a semente da paixão, ela desapareceu das mãos dos agricultores, perdemos aquela semente crioula. E, portanto fazendo um trabalho de evangelização nesta comunidade, as pessoas lamentavam muito a falta da semente que por meio do assistencialismo e do descuido dos agricultores que deixou se acabar, então desapareceu essas sementes do nosso meio que muito se tinha mais era muito pouco, portanto já que o trabalho de evangelização em ação, combinamos de fazer uma ação com os agricultores, decidindo fazer uma semente comunitária para plantarmos. Nos perguntávamos como vai acontecer isso?

Com o apoio da igreja, os agricultores passaram a discutir em suas reuniões, algumas de suas demandas e os problemas causados a partir do uso de insumos químicos na produção, e propostas para estimular a união e a solidariedade entre eles.

Com o apoio da Paróquia de Esperança e dos Franciscanos de Lagoa Seca e Frei Arthur. Falei para Frei Arthur que pensávamos em uma semente comunitária, para resgatar as sementes que tinham desaparecido do nosso

meio. Frei Arthur: O que fazer para essa semente se tornar comunitária? Zé Pequeno: Vou voltar a comunidade e me reunir com os agricultores e planejar se conseguirmos as sementes como passaremos a frente. Sentamos e conversamos: São muitos agricultores que precisam dessas sementes e sabemos que não serão muitas sementes, então iremos fornecer aos mais necessitados, pensamos que se conseguíssemos uma saca de milho distribuimos três quilos para cada agricultor, se conseguirmos uma saca de feijão distribuimos para os mais necessitados dez quilos. Quem levou dez quilos quando colher devolver quinze quilos para o banco de sementes, quem levou três quilos de milho devolve quatro, esse acréscimo seria para outro sócio. Portanto distribuimos com 10 agricultores e foi um ano abençoado por Deus, muito inverno, boa colheita as pessoas se empolgaram tanto que disseram eu levei 15 quilos e vou devolver 20 que os outros que estão esperando vão evoluir também, isso aconteceu no ano de 1974.

O banco de semente já está com 44 anos nessa comunidade. Portanto os outros agricultores que ficaram na lista, devolveram uma saca de feijão e milho e no ano posterior foi outra saca de milho, e assim foram guardados 250 quilos e colocados no silo comunitário que já tinha semente.

No Primeiro e segundo ano já tínhamos 500 quilos de feijão, milho tinha mais de 500 e assim conseguimos abastecer os agricultores que não tinha semente, e essa semente é uma semente crioula que veio passando de gerações e gerações, o feijão mulatinho de cacho e o milho jabatão quando expliquei a Frei a Arthur como ia funcionar ele disse: Se assim fizer e acontecer, nunca mais irá faltar semente para plantar. Até hoje esses agricultores são abastecidos todos os anos como estas sementes, chegamos a abastecer 150 família. Começamos com dois tipos de sementes hoje é uma variedade, buscamos as sementes desaparecidas do nosso meio. Essas sementes são chamadas de sementes da paixão e são chamadas assim porque somos apaixonados por ela, é uma semente que é nosso patrimônio, temos conhecimento dela e ela será multiplicada cada vez mais.

Sobre a capacitação e formação técnica para a continuidade da atividade na condução dos bancos de sementes, o agricultor relatou houve uma formação na comunidade com o apoio da Paróquia e um grupo de agricultores.

Eu (Zé Pequeno) como agricultor familiar nascido e criado na agricultura, vi o banco de sementes abastecido com garra com todas as variedades de sementes meu Pai tinha. Os onze filhos que meu pai tinha eram abastecidos. Foi com essa formação dos meus Pais, avôs e bisavós que ajudei os outros agricultores e formamos esse plano e deu certo. Saímos da dependência dos políticos e nos tornamos independentes, sofremos muitas humilhações, íamos para fila onde os vereadores e prefeitos distribuía sementes, queríamos receber 10 quilos de sementes mais só recebíamos 3 quilos e só recebiam se estivéssemos no plano deles e também existia perseguição política.

Como reforçam Altieri e Nicholls (2003), possuir um banco de sementes é preservar a biodiversidade e a cultura da produção e consumo de alimentos naturais, dando mais autonomia ao camponês nas escolhas do que plantar ou comer. Essa estratégia

Essa fala do agricultor reporta-nos ao processo de exclusão e de opressão instalado pelo neoliberalismo, por demais questionado pela Economia Solidária, nessa linha de pensamento, Oliveira (2006) preceitua a necessidade básica que marca a vida humana, através da criação de uma teia de relações sociais, onde se possa viver com respeito mútuo e comunhão com os outros.

A fala também nos remete a Singer (2008) quando definiu a Economia Solidária “como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central”. A fala do agricultor expressa o empoderamento e o sentimento de pertencimento, a autonomia e a liberdade:

E hoje essa comunidade se libertou, hoje nós temos 180 bancos de sementes comunitárias aqui no ponto sindical da Borborema, na Paraíba 220 bancos de sementes, todos formados por este próprio banco e é o mais antigo. Teve formação e passou informação, recebemos intercâmbio de toda Paraíba e de outros países, este banco é conhecido mundialmente. Fomos entrevistados pelo Fantástico, globo rural, TV Paraíba e TvItaré.

Vários agricultores de todo Brasil já vieram conhecer esse banco de semente, para criar outras sementes crioulas em suas cidades. Antigamente chamávamos de semente de Lula outros de semente da paixão, semente da resistência, semente do bem, semente do crescimento e assim cada um nomeia a semente como deseja. Mais aqui na Paraíba é conhecida como semente da Paixão.

Sobre a socialização das informações e orientações para implementar a estratégia dos bancos de sementes, o agricultor argumentou com naturalidade que “quando a pessoa é agricultor e procura ser sócio ou demonstra interesse, nós passamos as informações e até cedemos as sementes”.

Percebe-se que à medida que começam a participar e se envolver com a proposta estes trabalhadores tomam consciência da necessidade de preservação do meio ambiente. Relativo ao passo a passo para formação do banco de semente na comunidade, o agricultor enfatizou que é preciso conhecer o banco de sementes, as regras exigidas de levar a semente e depois da colheita devolver a quantidade estabelecida.

A pessoa sai consciente que a semente é dele, depois da colheita ele devolve uma pequena parte e deixa guardada para plantar no ano posterior. Nós trocamos as sementes, esse ano, por exemplo, você quer plantar o milho jabotão o ano que vem quer plantar o milho pontinha ou seja é uma troca nós negociamos as sementes.

Por exemplo, você levou 10 quilos e deve devolver 15 quilos, se você plantou e não colheu, você deve pagar essa dívida, então negociamos, levou 10 quilos devolve pelo menos 5 quilos, normalmente é quilo por quilo, mesmo que eu não tenha o feijão que levei tenho que trazer algo compatível com aquilo que levei. Por exemplo ele compra uma saca de batata vende e compra o feijão de plantar no ano posterior, você compra a semente a um agricultor que já uso a semente do banco, não aceitamos a semente comprada na feira, porque a semente tem que ter qualidade.

A proposta dos bancos de sementes funciona como um local para guardar e trocar sementes, tornando-se fonte de economia e promoção da solidariedade entre os agricultores. Dessa forma asseguram a sustentabilidade da comunidade, uma vez que o armazenamento

permite que os agricultores tenham acesso às sementes para a próxima safra, não se tornando reféns das sementes distribuídas por programas governamentais.

Se você planta um quilo de feijão você pode colher até 2 sacas de feijão (se for uma saca com 60 kg pode-se colher 120 kg de feijão), o feijão se multiplica de uma maneira favorável, se o ano não for tão bom você pode colher um saco ou se não plantar na época certa você não perde. Você pode lucrar pouco, mas é por isso que o banco negocia a dívida.

A prática é solidária: a estocagem, a entrega e a devolução das sementes são realizadas na própria comunidade sob a gestão de uma associação. Normalmente a família toma emprestada uma quantidade de sementes e se compromete, segundo regras definidas por eles próprios, a devolver a mesma quantidade acrescida de um percentual, no momento da colheita. Em São Tomé II são três pessoas que administram o banco de sementes: João Augusto, do município de Lagoa de Roça, Expedito e Zé Pequeno.

Eu tenho 61 agricultores trazendo semente aqui e tem um período de trazer a semente. A partir do inverno nós avisamos na missa que já podem devolver as sementes, também é feito um planejamento do horário que os agricultores podem pegar as sementes. Feijão carioca de cacho é a semente que estou plantando atualmente.

A proposta do banco de sementes como estratégia de desenvolvimento local tem beneficiado diversas famílias por toda parte. Em São Tomé II não tem sido diferente: a estratégia é de solidariedade social e justiça distributiva:

A comunidade fica próximo ao Sítio Quicé, foi ideia do sindicato da Borborema de conseguir esse espaço, são 14 municípios que fazem parte do polo.

Aqui somos 150 famílias e atualmente estão sendo beneficiadas 61 famílias, a formação foi tão boa que não se tornou apenas comunitária e sim familiar. Todas essas pessoas que participaram do projeto têm seu banco de sementes em casa todas as variedades. O agricultor que tem sua própria semente em casa planta, mas rápido do que aqueles que pegam no banco de sementes comunitário.

O banco de sementes comunitário é muito importante ele abastece o banco mãe, está em construção e situado entre Lagoa Seca e Lagoa de Roça, está praticamente pronto falta apenas receber a autorização do governo Federal e Estadual. O banco mãe funcionou no sindicato de Alagoa Nova por três anos, em Massaranduba 10 anos.

Segundo relato do agricultor, a importância do trabalho que da Igreja e o interesse demonstrado em trazer para sua comunidade esse trabalho foi essencial para a implantação do projeto, o que sinaliza para o papel estratégico das lideranças rurais nesse processo. Ao ser perguntado sobre como se deu a formação da Comunidade Eclesial de Base, qual foi a participação efetiva da Igreja na formação da consciência do povo em busca de viver essa Economia Solidária de se ajudar um ao outro e de se empoderar do cuidado com a alimentação, com as sementes, o agricultor relatou:

A igreja desde o tempo de Dom Palmeira ele incentivava os trabalhos de base, era uma evangelização em ação, nós fazíamos roçados comunitários a igreja, levava a semente para casa dos doentes, construção de casa, passagem molhada. Passagem molhada: Uma passagem onde os carros ficam difícil de passar, coloca cimento e etc. Se juntavam vários homens formando um mutirão para ajudar na reforma de casas. Atualmente existe muito comodismo da igreja, ela (igreja) não valoriza essa urbanização, deveria mostrar a realidade, ter organização não só voltada para parte religiosa como também para os mais sofridos.

As falas do agricultor expressam o processo de assimilação da pedagogia da Igreja. As entrevistas atestam a busca de uma pedagogia transformadora mediante o sentido da partilha dos escassos bens rurais, da perspectiva política da organização dos movimentos sociais, da possibilidade do empoderamento e da tão sonhada emancipação das comunidades.

Graças a Deus teve o outro lado que abraçou a causa, que foi os sindicatos que também nasceu dentro das igrejas, o Polo Sindical que veio em cima dessa realidade, a AS-PTA que é uma assistência técnica. A conquista da terra da Bela vista com ajuda do Padre Ribamar, que foi muito perseguido por coronéis e em seguida fugiu. (Atiraram em seu Zé Pequeno). Fazíamos

campanhas por todo o município, juntamente com Padre Patrício e Padre Bernardo, compramos lonas, fizemos barracas, levamos comidas.

Questionado sobre as memórias das reuniões de Comunidade Eclesial de Base e como eram os roteiros, o agricultor lembrou que,

Procurávamos cânticos que se identificavam com nossa realidade, textos bíblicos e partilha da palavra, a nossa base é levar Deus para esses acampamentos, temos que buscar a evangelização. Quando iniciou esse trabalho de comunidade não tínhamos igreja, se reuníamos em uma sala e foi fundada no ano de 1930 (Sagrado Coração de Jesus) rezando as novenas, fundada pelo meu sogro e minha sogra Antônio Matias da Costa e Francisca Moraes da Costa. No ano de 1974 comecei a morar aqui vim do São Tomé, participei do grupo de jovens, depois que me casei comecei no grupo de senhores, depois ministro da comunhão. Me casei no ano de 1971 com Maria do Socorro da Costa Luna e fui morar no Ribeiro, em 1974 meu sogro morreu e fui morar com minha sogra, ela me entregou 11 quarto de terras (11 Hectares) para trabalhar, minha sogra era da irmandade do coração de Jesus, cantava na igreja, fazíamos reuniões nas casas para saber o que fazer quando a imagem de Nossa Senhora de Fátima chegasse. Mauricio do Pintado vinha pregar aqui, Gilvan do São Tomé, SrTro Magalhães e assim por diante, foi por aí que foi criada a comunidade. A partir do novenário do Coração de Jesus foi criada a comunidade, fui procurando modificá-la, inseri o evangelho que não tinha na novena, qual a finalidade desse leilão que existia nas novenas. Dom Palmeira nos dava muitas ideias, algumas pessoas aceitavam as modificações outras não, com um tempo minha sogra faleceu e fiquei como responsável mas os meus cunhados não aceitavam minha opinião, queriam fazer uma igreja particular e a igreja é do povo. Vamos fazer um trabalho de base para que futuramente tenhamos uma Capela comunitária. Iniciaram os trabalhos de CEPES, trabalhos com catequistas, jovens a comunidade aumentou bastantes e deram início as celebrações que iniciaram aqui na minha casa, depois foram para um salão de um vizinho. A missa era campal e as

celebrações no salão. A capela foi construída a mais de 20 anos, com a vinda de Padre Assis para cidade de Esperança na qual se tornou capela.

A segunda entrevista foi realizada com o assessor técnico Emanuel Dias da Silva da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia que é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

A experiência acumulada pela entidade ao longo desses anos permitiu comprovar a contribuição do enfoque agroecológico para o enfrentamento dos grandes desafios da sustentabilidade agrícola pelas famílias agricultoras. A AS-PTA participou da constituição e atua em diversas redes da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo em que constituem espaços de aprendizado coletivo, essas redes proporcionam ações articuladas de organizações e movimentos da sociedade para influenciar elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas.

Relatou o técnico que o reconhecimento das sementes crioulas, que os agricultores batizaram aqui na região como sementes da paixão, que são materiais agronomicamente falando, bastante adaptadas as funções locais, as adaptações climáticas que esse material apresenta já vem sendo trabalhado e manejado pelos agricultores há muito tempo. Mas, trabalhamos fora do reconhecimento de valorização porque antes a extensão oficial não reconhecia essas sementes como patrimônio dos agricultores e tudo que estava lá era atrasado (Não, porque é agricultor, aquela semente é mirrada não cresce), mas nós temos uma metodologia de trabalho justamente para valorizar o que tem lá, que é uma coisa natural é uma coisa que está adaptada as condições do agricultor.

O segundo eixo do nosso trabalho com a semente é de valorizar o conhecimento das famílias ao longo do tempo e todo trabalho que elas têm dedicado a essas sementes, então a forma de plantar, a forma de manejar, de cuidar, de colher, de armazenar os produtos naturais que elas colocam, tudo isso é uma ciência que o agricultor vem ao longo do tempo estudando com outras pessoas, as famílias, os vizinhos e esse conhecimento às vezes não é valorizado porque só o que é valorizado é o que estar na universidade, na academia e nas empresas, mas as pessoas a milhões de anos, desde os indígenas, do tempo dos escravos que tem um conhecimento com as sementes então esse é nosso segundo eixo de trabalho.

O terceiro eixo é de fortalecer ações e dinâmicas nas comunidades que é o caso do banco comunitário que é uma espécie de estoque coletivo onde as pessoas têm regras, tem princípios,

tem deveres, de levar a quantidade estipulada pelo grupo de também pegar essa quantidade de devolver selecionada, armazenado e engarrafado, de participar de discussões coletivas, então acreditamos que nesse terceiro eixo existe grandes gestos de solidariedade e que isso também não deixa de ser uma economia solidária entre essas famílias, então nesse terceiro eixo nem sempre faz um levantamento econômico, mas, por exemplo, as famílias vendem sementes deixa de comprar sementes, tem material estocado no banco para plantar, então é uma forma bem interessante de estudo.

O quarto eixo do nosso trabalho é a articulação das experiências com as políticas públicas, então enquanto os agricultores estão trabalhando com suas sementes crioulas ou sementes da paixão, geralmente os políticos, os governantes não valorizam essas sementes, pelo contrário todos os anos mandam sementes compradas de empresas com altos valores pra serem redistribuídas doadas para os agricultores, geralmente quem faz esse trabalho é a Emater a secretaria municipal de agricultura e em muito dos casos essa distribuição de semente está ligada a política local, então o fato do agricultor ir buscar um saco de semente ele vai ficar devendo um favor a alguém, então ele vai ter que recompensar aquele favor através do voto, então essa experiência é também de mostrar a ideia que aquilo que o agricultor faz é uma política pública na comunidade e que o estado precisa valorizar reconhecer e também comprar essas sementes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o papel de líder religioso e educador social em consonância às comunidades eclesiais de base, com base na teologia da libertação e das campanhas da fraternidade, que motiva a conscientização religiosa e sociopolítica, percebeu a necessidade de aprofundamento por meio das novas tecnologias, dentre elas o banco de semente.

Com base nas entrevistas com os agricultores locais (Produtores de Agricultura Familiar) e pesquisas bibliográficas realizadas no decorrer da elaboração deste trabalho, foi notório a importância do banco de sementes para a comunidade São Tomé 2, tendo em vista

que, esse banco tem a finalidade de armazenamento das sementes para o abastecimento das famílias durante o período de estiagem, sendo assim, providas para o consumo alimentício e de semeadura, promovendo assim, uma economia solidária sustentável a qual deu origem a uma nova consciência de produção no meio agrícola.

Sendo evidenciado, no decorrer das falas dos produtores guardiães do banco de sementes, a conservação da cultura originária das sementes crioulas ou sementes da paixão, as quais são manipuladas de modo artesanal sem intervenção de mutações transgênicas, percebemos o resgate cultural que congrega valores histórico-comunitários e agroecológicos, como também o ardente desejo de uma economia solidária e fraterna, a qual objetiva uma melhor qualidade de vida e a sustentabilidade ecológica.

Segundo “a Doutrina Social da Igreja constitui uma riqueza sem preço, que tem animado o testemunho e a ação solidária dos leigos e leigas, que se interessam cada vez mais por sua formação teológica como verdadeiros missionários da caridade, e se esforçam por transformar de maneira efetiva o mundo segundo Cristo.” (Documento de Aparecida).

Tendo por base o texto citado acima, os valores de coletividade e religiosidade transmitida pela eclesiologia da doutrina social da igreja, a qual inspirou a ação da comunidade no contexto das CEBs, percebe-se uma nova consciência e reeducação para o espírito de comunhão que foi gerado na comunidade de São Tomé 2, a qual é pioneira na criação dos bancos de sementes que disseminaram para além de suas fronteiras territoriais como uma nova cultura de economia solidária, capaz de transcender a economia vigente no sistema capitalista que visa apenas o lucro da minoria em detrimento da exploração da coletividade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. de L (Org.). *Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações*. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Paula e SIDERSKY, Pablo. Convivendo no semi-árido com as sementes da paixão: a experiência da rede sementes da articulação do semi-árido paraibano. In: ALMEIDA, Paula e LONDRES, Flávia (editoras). **Uso e conservação da biodiversidade: caderno do II encontro nacional de agroecologia**. Rio de Janeiro: Secretaria Executiva da ANA, 2007.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C.I. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, Miguel A. e Clara I. NICHOLLS. Sementes nativas: patrimônio da humanidade essencial para a integridade cultural e ecológica da agricultura camponesa. In: **Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

ALVES, V. P. **Universidade em pastoral**: uma nova visão sobre o jeito convencional de fazer pastoral na universidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ALVES, A. C.; FANTINI, A. C.; OGLIARI, J. B.. Cultura e alimento. In: CANCI, A.; ALVES, A. A.; GUADAGNIN, C. A. (Org.). **Kit diversidade: estratégias para a segurança alimentar e valorização das sementes locais**. MacLee, 2010. p. 97-105.

ARAÚJO, L.H.A.; SANTOS, R.F.; SOUSA, S.L.; QUEIROGA, V.P.; LIMA, N.J. Avaliação da Mistura Endosulfan com Óleos Vegetais para o Controle do Bicudo do Algodoeiro, *Anthonomus grandis* Boheman, 1843 (Coleoptera: Curculionidae). Embrapa Algodão, Campina Grande, 7p. 2002 (Comunicado Técnico 151).

BAUMGARTEN, M. Tecnociência e trabalho. In: CATTANI, A.; HOLZMANN, L. (orgs). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

BAVA, S. C. Tecnologia Social e Desenvolvimento Local. In: **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p.103-116.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. Rio de Janeiro: Vozes, 2013

BEOZZO, J. O..**A Igreja do Brasil**: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1993.

BERGER, Peter L. **O Dossel do Sagrado**. São Paulo: Paulina, 1987.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da Pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BOFF, L. **América Latina**: Da conquista à nova evangelização. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.

BOURDIEU, P. **Para uma Sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BURDICK, J. **Procurando Deus no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CABRAL, J F. M. Sementes tradicionais e a resistência camponesa ao agronegócio em Mato Grosso. **Revista Agriculturas**. v.4, n. 3. Rio de Janeiro. AS-PTA, 2007.

CANCLINI, N. G.**Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2006.

CNBB CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **As Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1984.

CNBB. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2008**: Manual. São Paulo, Salesiana. 2008.

CORDEIRO, A.; FARIAS, A.A. **Gestão de bancos de sementes comunitários**. Versão brasileira do Manual de Gestão Prática de Fernand Vicent - Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993. 60 p.

CORDEIRO, A. **Documentação Participativa do PAA: Aquisição e Doação de Sementes para os Bancos de Sementes Comunitários na Paraíba** -. Brasília: Conab, 2006. 65 p.

CUNHA, F. L. da. **Sementes da paixão e as políticas públicas de distribuição de sementes na Paraíba**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas. 2013. 184 f.

DAGNINO, R; BRANDÃO, F.C; NOVAES, H. T. Sobre o Marco Analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DOIMO, A. M. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Ed Vozes, Petrópolis, 1984.

DUSSEL, E. **Ensaio de síntese: Hipóteses para uma história da teologia na América Latina (1492-1980)**. In: História da Teologia na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1981.

DUSSEL, E. **Teologia da Libertação** – um panorama de seu desenvolvimento. Ed Vozes, Petrópolis, 1999.

FARNAR, Robert. In: BAUER, Martin; GASKELL; George. **Pesquisa quantitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

JESUS, V.M.B.de; COSTA, A.B. Tecnologia Social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: COSTA, Adriano Borges, (Org.). **Tecnologia Social e Políticas Públicas**. São Paulo: Instituto Pólis, Brasília: Fundação Banco do Brasil, Cap. 1, p.17-32. 2013.

KRISCHKE, P.; MAINWARING, S. (orgs.). **A Igreja nas Bases em Tempo de**

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Ed. Unesp. 2000.

LAVILLE, J.L.; CATTANI, A.D. **“Dictionnaire de L’AutreÉconomie”**, Paris: Desclé e de Brouwer, p.303. 2005.

LAVILLE, J.L.; GAIGER, L.I. **Economia Solidária in Dicionário Internacional da outra Economia**. Coimbra: Ces, pp-162-166. 2009.

LONDRES, F. **A nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar**. Rio de Janeiro, 2006. 79 p.

LOWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NASCIMENTO, J. M. do; EHRICH, I. de O.; MOREIRA, E. Os bancos de sementes comunitários como uma experiência alternativa de resistência ao capital no campo. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.6, n.2, p. 184-203, 2012.

OLIVEIRA, P. A. R. de. “Perfil social e político das lideranças de CEBs no Brasil”. **Memória e Caminhada**, v.1 p. 6 -13, 2001.

OLIVEIRA, M. A. **A socioeconomia solidária e as práticas de uma vida humana: um diálogo em construção**. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 2006.

PETRINI, João Carlos. **CEB's: um novo sujeito popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PONTIFÍCIO CONSELHO DA CULTURA. **Para uma pastoral da cultura**. São Paulo: Paulinas, 1999.

PINTO, A. V. **O conceito de Tecnologia**. (Vol.1) Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RIBEIRO, Silvia. Camponeses, biodiversidades e novas formas de privatização. In: CARVALHO, Horacio Martins de (org). In. **Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

ROBERTSON, J. **Transformar a Economia: desafio para o Terceiro Milênio**. 10 ed Águas Santas. Edições Sempre em Pé, pp 10-15 2007.

RODRIGUES, Solange dos Santos (1997). **Comunidades eclesiais de base no Brasil: interfaces entre religião, política e produção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFRJ.

RTS. Rede de Tecnologia Social. **Documento Constitutivo da Rede de Tecnologia Social**. 2005. Disponível em <<http://www.rts.org.br/rts/a-rts/historico>>. Acessado em: 19 fev. 2011.

SCHWAB, D.; FREIRAS, C.C.G. Tecnologia social: implicações e desafios da implantação. **R. Technol. Soc.**, Curitiba, v. 12, n. 26, p. 42-60. 2016.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. A ciência e o desenvolvimento sustentável: para além do positivismo e da pós-modernidade. **Ambiente & Sociedade**, v.3, n.2, p.443-454, 2010.

SILVA, R. Tecnologias Sociais como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável **Transição: 1974-1985**. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

SILVA, M.J. et al. **Campo de multiplicação de sementes crioulas: estratégia para autonomia de agricultores (as) no Estado da Paraíba, Brasil**. VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Fortaleza/CE, 2011.

SINGER, Paul. Economia solidária. Entrevista. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: USP, n. 22. p. 289, 2008.

SGUAREZI, S. B. **Autogestão e economia solidária**: limites e possibilidades. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

TEIXEIRA, A. C. Educação Ambiental: caminho para a sustentabilidade. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, n.2, Brasília, DF, 2007.

THOMAS, H. E. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. In: **Tecnologias Sociais: caminhos para sustentabilidade**. Brasília/DF: s.n, 2009.

VALLANCE, S.; PERKINS, H.C.; DIXON, J.E. What is social sustainability? A clarification of concepts. **Geoforum**, v.42, n.3, p.342-348, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Rev. Bras. Hist.**, v.26, n.51, p.251-262. 2006.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Essa pesquisa é o Trabalho de Conclusão

no Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano de **Antoniél Batista dos Santos** (98620-0799), *sob a orientação da Profa. Dra. Adriana de Fátima Meira Vital* (99903 3296) da UFCG. *Obrigada por participar dessa construção.*

CONSENTIMENTO

Eu, José de Oliveira Luna, profissão Agricultor e experimentador, residente e domiciliado na Sítio São Tomé II de Alagoa Nova - PB, portador da Cédula de identidade, RG 849715 - 2ª via e inscrito no CPF/MF 334619614-34 nascido (a) em 01 / 07 / 1997 abaixo assinado(a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo "A EDUCAÇÃO POPULAR NA COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE SÃO TOMÉ II E O ESTÍMULO À TECNOLOGIA SOCIAL DOS BANCOS DE SEMENTES". Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

- I) O estudo se faz necessário para analisar a educação popular na comunidade eclesial de base de São Tomé II e o estímulo à tecnologia social dos bancos de sementes;
- II) Os resultados obtidos durante este projeto serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;
- III) Estou ciente que receberei uma via deste termo de consentimento

Alagoa Nova / São Sebastião de Lagoa de Roça - PB, 19 de setembro de 2017.

José de Oliveira Luna

José de Oliveira Luna

RG (849715) / Telefone: (83) 9.9613-5458

CONSENTIMENTO

Eu, Emanoel Dias da Silva, profissão Engenheiro Agrônomo, residente e domiciliado na Rua João Alves de Costa Ramos - Remígio - Paraíba, portador da Cédula de identidade, RG 2564175-SSP PB e inscrito no CPF/MF 010124194-10 nascido (a) em 11 / 07 / 1980, abaixo assinado(a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo "**A EDUCAÇÃO POPULAR NA COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE SÃO TOMÉ II E O ESTÍMULO À TECNOLOGIA SOCIAL DOS BANCOS DE SEMENTES**". Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

- I) O estudo se faz necessário para analisar a educação popular na comunidade eclesial de base de São Tomé II e o estímulo à tecnologia social dos bancos de sementes;
- II) Os resultados obtidos durante este projeto serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;
- III) Estou ciente que receberei uma via deste termo de consentimento

Alagoa Nova / Esperança - PB, 22 de Setembro de 2017.

Emanoel Dias da Silva

Emanoel Dias da Silva

RG () / Telefone: (83) 99935-7780

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE EM
ECONOMIA SOLIDÁRIA

A EDUCAÇÃO POPULAR NA COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE SÃO TOMÉ II
E O ESTÍMULO À TECNOLOGIA SOCIAL DOS BANCOS DE SEMENTES

ALUNO PESQUISADOR: Antoniel Batista dos Santos

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE I – IDENTIFICAÇÃO:

- 1) GÊNERO: MASCULINO (X) FEMININO ()
- 2) IDADE: 70 anos de idade
- 3) FORMAÇÃO: agricultor/experimentador

PARTE II – INFORMAÇÕES DA PESQUISA

- 1) Como surgiu o Banco de Sementes?
- 2) Qual a participação da comunidade?
- 3) Como se deu o empoderamento dos associados?
- 4) Como foi a participação da Igreja?
- 5) Em que sentido a comunidade se fortaleceu a partir dos bancos de sementes?
- 6) Quais as perspectivas futuras/]

APÊNDICE B
ALGUMAS SEMENTES CRIOULAS DA COMUNIDADE SÃO TOMÉ II



Feijão gurgutuba branco



Feijão macassar de rama



Feijão macassar costela de vaca



Favinha Branca



Sementes de Girassol



Sementes de Quiabo



Semente de Mamão Papaia	Sementes de Jerimum de Leite
 <p data-bbox="240 734 488 763">Fava orelha de vó roxa</p>	 <p data-bbox="837 734 1094 763">Fava de rama cara larga</p>
 <p data-bbox="240 1131 555 1160">Fava de Rama: Orelha de Vó</p>	 <p data-bbox="837 1137 991 1167">Fava da moita</p>
 <p data-bbox="240 1570 475 1599">Favinha de rama roxa</p>	 <p data-bbox="837 1624 1086 1653">Fava bacurau vermelha</p>
 <p data-bbox="240 2040 491 2069">Fava eucalipto de rama</p>	 <p data-bbox="837 2011 1070 2040">Feijão faveta de caixa</p>

IMAGENS DO TRABALHO DE CAMPO NA COMUNIDADE SÃO TOMÉ II

Sr. Zé Pequeno, Padre Antoniel e Marcos Antônio
(Filho de Sr. Zé Pequeno)



Residência de Sr. Zé Pequeno (Sítio São Tomé II -
Alagoa Nova)



Comunidade Eclesial de Base com sede na Capela do
Sagrado Coração de Jesus, Paróquia Nossa Srª. do Bom
Conselho. Localização: Sítio São Tomé 2, Alagoa Nova
- PB



Visão central do Banco de Sementes da comunidade
Sítio São Tomé 2, Alagoa Nova - PB



Máquina seletora de sementes



Mostruário de sementes crioulas



PeAntoniel de frente à Capela do Sagrado Coração de
Jesus Comunidade de São Tomé II



Interior da Capela do Sagrado Coração de Jesus na
comunidade eclesial de São Tomé II



ANEXO
(LEGISLAÇÃO SOBRE BANCO DE SEMENTES)

LEI Nº 10.711, DE 5 DE AGOSTO DE 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Sistema Nacional de Sementes e Mudas, instituído nos termos desta Lei e de seu regulamento, objetiva garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – amostra: porção representativa de um lote de sementes ou de mudas, suficientemente homogênea e corretamente identificada, obtida por método indicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa;

II – amostra oficial: amostra retirada por fiscal, para fins de análise de fiscalização;

III - amostragem: ato ou processo de obtenção de porção de sementes ou de mudas, definido no regulamento desta Lei, para constituir amostra representativa de campo ou de lote definido;

IV - amostrador: pessoa física credenciada pelo Mapa para execução de amostragem;

V - armazenador: pessoa física ou jurídica que armazena sementes para si ou para terceiros;

VI - beneficiamento: operação efetuada mediante meios físicos, químicos ou mecânicos, com o objetivo de se aprimorar a qualidade de um lote de sementes;

VII - beneficiador: pessoa física ou jurídica que presta serviços de beneficiamento de sementes ou mudas para terceiros, assistida por responsável técnico;

VIII - categoria: unidade de classificação, dentro de uma classe de semente, que considera a origem genética, a qualidade e o número de gerações, quando for o caso;

IX - certificação de sementes ou mudas: processo de produção de sementes ou mudas, executado mediante controle de qualidade em todas as etapas do seu ciclo, incluindo o conhecimento da origem genética e o controle de gerações;

X - certificado de sementes ou mudas: documento emitido pelo certificador, comprovante de que o lote de sementes ou de mudas foi produzido de acordo com as normas e padrões de certificação estabelecidos;

XI - certificador: o Mapa ou pessoa jurídica por este credenciada para executar a certificação de sementes e mudas;

XII - classe: grupo de identificação da semente de acordo com o processo de produção;

XIII - comerciante: pessoa física ou jurídica que exerce o comércio de sementes ou mudas;

XIV - comércio: o ato de anunciar, expor à venda, ofertar, vender, consignar, reembalar, importar ou exportar sementes ou mudas;

XV - cultivar: a variedade de qualquer gênero ou espécie vegetal superior que seja claramente distinguível de outras cultivares conhecidas, por margem mínima de descritores, por sua denominação própria, que seja homogênea e estável quanto aos descritores através de gerações sucessivas e seja de espécie passível de uso pelo complexo agroflorestal, descrita em publicação especializada disponível e acessível ao público, bem como a linhagem componente de híbridos;

XVI - cultivar local, tradicional ou crioula: variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do Mapa, considerados também os descritores socioculturais e ambientais, não se caracterizem como substancialmente semelhantes às cultivares comerciais;

XVII - detentor de semente: a pessoa física ou jurídica que estiver na posse da semente;

XVIII - fiscalização: exercício do poder de polícia, visando coibir atos em desacordo com os dispositivos desta Lei e de sua regulamentação, realizado por Fiscal Federal Agropecuário do Mapa ou por funcionário da administração estadual, municipal ou do Distrito Federal, capacitados para o exercício da fiscalização e habilitados pelos respectivos conselhos de fiscalização do exercício profissional;

XIX - híbrido: o resultado de um ou mais cruzamentos, sob condições controladas, entre progenitores de constituição genética distinta, estável e de pureza varietal definida;

XX - identidade: conjunto de informações necessárias à identificação de sementes ou mudas, incluindo a identidade genética;

XXI - identidade genética: conjunto de caracteres genotípicos e fenotípicos da cultivar que a diferencia de outras;

XXII - introdutor: pessoa física ou jurídica que introduz pela primeira vez, no País, uma cultivar desenvolvida em outro país;

XXIII - jardim clonal: conjunto de plantas, matrizes ou básicas, destinado a fornecer material de multiplicação de determinada cultivar;

XXIV - laboratório de análise de sementes e mudas: unidade constituída e credenciada especificamente para proceder a análise de sementes e expedir o respectivo boletim ou certificado de análise, assistida por responsável técnico;

XXV - mantenedor: pessoa física ou jurídica que se responsabiliza por tornar disponível um estoque mínimo de material de propagação de uma cultivar inscrita no Registro Nacional de Cultivares - RNC, conservando suas características de identidade genética e pureza varietal;

XXVI - muda: material de propagação vegetal de qualquer gênero, espécie ou cultivar, proveniente de reprodução sexuada ou assexuada, que tenha finalidade específica de plantio;

XXVII - muda certificada: muda que tenha sido submetida ao processo de certificação, proveniente de planta básica ou de planta matriz;

XXVIII - obtentor: pessoa física ou jurídica que obtiver cultivar, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada;

XXIX - planta básica: planta obtida a partir de processo de melhoramento, sob a responsabilidade e controle direto de seu obtentor ou introdutor, mantidas as suas características de identidade e pureza genéticas;

XXX - planta matriz: planta fornecedora de material de propagação que mantém as características da Planta Básica da qual seja proveniente;

XXXI - produção: o processo de propagação de sementes ou mudas;

XXXII - produtor de muda: pessoa física ou jurídica que, assistida por responsável técnico, produz muda destinada à comercialização;

XXXIII - produtor de semente: pessoa física ou jurídica que, assistida por responsável técnico, produz semente destinada à comercialização;

XXXIV - propagação: a reprodução, por sementes propriamente ditas, ou a multiplicação, por mudas e demais estruturas vegetais, ou a concomitância dessas ações;

XXXV - qualidade: conjunto de atributos inerentes a sementes ou a mudas, que permite comprovar a origem genética e o estado físico, fisiológico e fitossanitário delas;

XXXVI - reembalador: pessoa física ou jurídica que, assistida por responsável técnico, reembala sementes;

XXXVII - responsável técnico: engenheiro agrônomo ou engenheiro florestal, registrado no respectivo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea, a quem compete a responsabilidade técnica pela produção, beneficiamento, reembalagem ou análise de sementes em todas as suas fases, na sua respectiva área de habilitação profissional;

XXXVIII - semente: material de reprodução vegetal de qualquer gênero, espécie ou cultivar, proveniente de reprodução sexuada ou assexuada, que tenha finalidade específica de semeadura;

XXXIX - semente genética: material de reprodução obtido a partir de processo de melhoramento de plantas, sob a responsabilidade e controle direto do seu obtentor ou introdutor, mantidas as suas características de identidade e pureza genéticas;

XL - semente básica: material obtido da reprodução de semente genética, realizada de forma a garantir sua identidade genética e sua pureza varietal;

XLI - semente certificada de primeira geração: material de reprodução vegetal resultante da reprodução de semente básica ou de semente genética;

XLII - semente certificada de segunda geração: material de reprodução vegetal resultante da reprodução de semente genética, de semente básica ou de semente certificada de primeira geração;

XLIII - semente para uso próprio: quantidade de material de reprodução vegetal guardada pelo agricultor, a cada safra, para semeadura ou plantio exclusivamente na safra seguinte e em sua propriedade ou outra cuja posse detenha, observados, para cálculo da quantidade, os parâmetros registrados para a cultivar no Registro Nacional de Cultivares - RNC; (Vide Medida provisória nº 223, de 2004)

XLIV - termo de conformidade: documento emitido pelo responsável técnico, com o objetivo de atestar que a semente ou a muda foi produzida de acordo com as normas e padrões estabelecidos pelo Mapa;

XLV - utilização de sementes ou mudas: uso de vegetais ou de suas partes com o objetivo de semeadura ou plantio;

XLVI - usuário de sementes ou mudas: aquele que utiliza sementes ou mudas com objetivo de semeadura ou plantio;

XLVII - valor de cultivo e uso - VCU: valor intrínseco de combinação das características agronômicas da cultivar com as suas propriedades de uso em atividades agrícolas, industriais, comerciais ou consumo **in natura**.

Parágrafo único. Aplicam-se, também, no que couber e no que não dispuser em contrário esta Lei, os conceitos constantes da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS

Art. 3º O Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM compreende as seguintes atividades:

I - registro nacional de sementes e mudas - Renasem;

II - registro nacional de cultivares - RNC;

III - produção de sementes e mudas;

IV - certificação de sementes e mudas;

V - análise de sementes e mudas;

VI - comercialização de sementes e mudas;

VII - fiscalização da produção, do beneficiamento, da amostragem, da análise, certificação, do armazenamento, do transporte e da comercialização de sementes e mudas;

VIII - utilização de sementes e mudas.

Art. 4º Compete ao Mapa promover, coordenar, normatizar, supervisionar, auditar e fiscalizar as ações decorrentes desta Lei e de seu regulamento.

Art. 5º Compete aos Estados e ao Distrito Federal elaborar normas e procedimentos complementares relativos à produção de sementes e mudas, bem como exercer a fiscalização do comércio estadual.

Parágrafo único. A fiscalização do comércio estadual de sementes e mudas poderá ser exercida pelo Mapa, quando solicitado pela unidade da Federação.

Art. 6º Compete privativamente ao Mapa a fiscalização do comércio interestadual e internacional de sementes e mudas.

CAPÍTULO III

DO REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS

Art. 7º Fica instituído, no Mapa, o Registro Nacional de Sementes e Mudas - Renasem.

Art. 8º As pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades de produção, beneficiamento, embalagem, armazenamento, análise, comércio, importação e exportação de sementes e mudas ficam obrigadas à inscrição no Renasem.

§ 1º O Mapa credenciará, junto ao Renasem, pessoas físicas e jurídicas que atendam aos requisitos exigidos no regulamento desta Lei, para exercer as atividades de:

I - responsável técnico;

II - entidade de certificação de sementes e mudas;

III - certificador de sementes ou mudas de produção própria;

IV - laboratório de análise de sementes e de mudas;

V - amostrador de sementes e mudas.

§ 2º As pessoas físicas ou jurídicas que importem sementes ou mudas para uso próprio em sua propriedade, ou em propriedades de terceiros cuja posse detenham, ficam dispensadas da inscrição no Renasem, obedecidas as condições estabelecidas no regulamento desta Lei.

§ 3º Ficam isentos da inscrição no Renasem os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária e os indígenas que multipliquem sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização entre si.

Art. 9º Os serviços públicos decorrentes da inscrição ou do credenciamento no Renasem serão remunerados pelo regime de preços de serviços públicos específicos, cabendo ao Mapa fixar valores e formas de arrecadação para as atividades de:

- I - produtor de sementes;
- II - produtor de mudas;
- III - beneficiador de sementes;
- IV - reembalador de sementes;
- V - armazenador de sementes;
- VI - comerciante de sementes;
- VII - comerciante de mudas;
- VIII - certificador de sementes ou de mudas;
- IX - laboratório de análise de sementes ou de mudas;
- X - amostrador;
- XI - responsável técnico.

Parágrafo único. A pessoa física ou jurídica que exercer mais de uma atividade pagará somente o valor referente à maior anuidade e à maior taxa de inscrição ou de credenciamento nas atividades que desenvolve.

CAPÍTULO IV

DO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES

Art. 10. Fica instituído, no Mapa, o Registro Nacional de Cultivares - RNC e o Cadastro Nacional de Cultivares Registradas - CNCR.

Parágrafo único. O CNCR é o cadastro das cultivares registradas no RNC e de seus mantenedores.

Art. 11. A produção, o beneficiamento e a comercialização de sementes e de mudas ficam condicionados à prévia inscrição da respectiva cultivar no RNC.

§ 1º A inscrição da cultivar deverá ser única.

§ 2º A permanência da inscrição de uma cultivar, no RNC, fica condicionada à existência de pelo menos um mantenedor, excetuadas as cultivares cujo material de propagação dependa exclusivamente de importação.

§ 3º O Mapa poderá aceitar mais de um mantenedor da mesma cultivar inscrita no RNC, desde que comprove possuir condições técnicas para garantir a manutenção da cultivar.

§ 4º O mantenedor que, por qualquer motivo, deixar de fornecer material básico ou de assegurar as características da cultivar declaradas na ocasião de sua inscrição no RNC terá seu nome excluído do registro da cultivar no CNCR.

§ 5º Na hipótese de cultivar protegida, nos termos da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, a inscrição deverá ser feita pelo obtentor ou por procurador legalmente autorizado.

§ 6º Não é obrigatória a inscrição no RNC de cultivar local, tradicional ou crioula, utilizada por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas.

§ 7º O regulamento desta Lei estabelecerá os critérios de permanência ou exclusão de inscrição no RNC, das cultivares de domínio público.

Art. 12. A denominação da cultivar será obrigatória para sua identificação e destinar-se-á a ser sua denominação genérica, devendo, para fins de registro, obedecer aos seguintes critérios:

I - ser única, não podendo ser expressa apenas na forma numérica;

II - ser diferente de denominação de cultivar preexistente;

III - não induzir a erro quanto às características intrínsecas ou quanto à procedência da cultivar.

Art. 13. O Mapa editará publicação especializada para divulgação do Cadastro Nacional de Cultivares Registradas.

Art. 14. Ficam convalidadas as inscrições de cultivares já existentes no RNC, na data de publicação desta Lei, desde que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, os interessados atendam ao disposto no art. 11.

Art. 15. O Mapa estabelecerá normas para determinação de valor de cultivo e de uso - VCU pertinentes a cada espécie vegetal, para a inscrição das respectivas cultivares no RNC.

Art. 16. A inscrição de cultivar no RNC poderá ser cancelada ou suspensa, na forma que estabelecer o regulamento desta Lei.

Art. 17. Os serviços públicos decorrentes da inscrição no RNC serão remunerados pelo regime de preços de serviços públicos específicos, cabendo ao Mapa fixar valores e formas de arrecadação.

CAPÍTULO V

DA PRODUÇÃO E DA CERTIFICAÇÃO

Art. 18. O Mapa promoverá a organização do sistema de produção de sementes e mudas em todo o território nacional, incluindo o processo de certificação, na forma que dispuser o regulamento desta Lei.

Art. 19. A produção de sementes e mudas será de responsabilidade do produtor de sementes e mudas inscrito no Renasem, competindo-lhe zelar pelo controle de identidade e qualidade.

Parágrafo único. A garantia do padrão mínimo de germinação será assegurada pelo detentor da semente, seja produtor, comerciante ou usuário, na forma que dispuser o regulamento desta Lei.

Art. 20. Os padrões de identidade e qualidade das sementes e mudas, estabelecidos pelo Mapa e publicados no Diário Oficial da União, serão válidos em todo o território nacional.

Art. 21. O produtor de sementes e de mudas fica obrigado a identificá-las, devendo fazer constar da respectiva embalagem, carimbo, rótulo ou etiqueta de identificação, as especificações estabelecidas no regulamento desta Lei.

Art. 22. As sementes e mudas deverão ser identificadas com a denominação "Semente de" ou "Muda de" acrescida do nome comum da espécie.

Parágrafo único. As sementes e mudas produzidas sob o processo de certificação serão identificadas de acordo com a denominação das categorias estabelecidas no art. 23, acrescida do nome comum da espécie.

Art. 23. No processo de certificação, as sementes e as mudas poderão ser produzidas segundo as seguintes categorias:

I - semente genética;

II - semente básica;

III - semente certificada de primeira geração - C1;

IV - semente certificada de segunda geração - C2;

V - planta básica;

VI - planta matriz;

VII - muda certificada.

§ 1º A obtenção de semente certificada de segunda geração - C2, de semente certificada de primeira geração - C1 e de semente básica se dará, respectivamente, pela reprodução de, no máximo, uma geração da categoria imediatamente anterior, na escala de categorias constante do **caput**.

§ 2º O Mapa poderá autorizar mais de uma geração para a multiplicação da categoria de semente básica, considerando as peculiaridades de cada espécie vegetal.

§ 3º A produção de semente básica, semente certificada de primeira geração - C1 e semente certificada de segunda geração - C2, fica condicionada à prévia inscrição dos campos de produção no Mapa, observados as normas e os padrões pertinentes a cada espécie.

§ 4º A produção de muda certificada fica condicionada à prévia inscrição do jardim clonal de planta matriz e de planta básica, assim como do respectivo viveiro de produção, no Mapa, observados as normas e os padrões pertinentes.

Art. 24. A produção de sementes da classe não-certificada com origem genética comprovada poderá ser feita por, no máximo, duas gerações a partir de sementes certificadas, básicas ou genéticas, condicionada à prévia inscrição dos campos de produção no Mapa e ao atendimento às normas e padrões estabelecidos no regulamento desta Lei.

Parágrafo único. A critério do Mapa, a produção de sementes prevista neste artigo poderá ser feita sem a comprovação da origem genética, quando ainda não houver tecnologia disponível para a produção de semente genética da respectiva espécie.

Art. 25. A inscrição de campo de produção de sementes e mudas de cultivar protegida nos termos da Lei nº 9.456, de 1997, somente poderá ser feita mediante autorização expressa do detentor do direito de propriedade da cultivar.

Art. 26. A produção de muda não-certificada deverá obedecer ao disposto no regulamento desta Lei.

Art. 27. A certificação de sementes e mudas deverá ser efetuada pelo Mapa ou por pessoa jurídica credenciada, na forma do regulamento desta Lei.

Parágrafo único. Será facultado ao produtor de sementes ou de mudas certificar a sua própria produção, desde que credenciado pelo Mapa, na forma do § 1º do art. 8º desta Lei.

CAPÍTULO VI

DA ANÁLISE DE SEMENTES E DE MUDAS

Art. 28. A análise de amostras de sementes e de mudas deverá ser executada de acordo com metodologias oficializadas pelo Mapa.

Art. 29. As análises de amostras de sementes e de mudas somente serão válidas, para os fins previstos nesta Lei, quando realizadas diretamente pelo Mapa ou por laboratório por ele credenciado ou reconhecido.

Parágrafo único. Os resultados das análises somente terão valor, para fins de fiscalização, quando obtidos de amostras oficiais e analisadas diretamente pelo Mapa ou por laboratório oficial por ele credenciado.

CAPÍTULO VII

DO COMÉRCIO INTERNO

Art. 30. O comércio e o transporte de sementes e de mudas ficam condicionados ao atendimento dos padrões de identidade e de qualidade estabelecidos pelo Mapa.

Parágrafo único. Em situações emergenciais e por prazo determinado, o Mapa poderá autorizar a comercialização de material de propagação com padrões de identidade e qualidade abaixo dos mínimos estabelecidos.

Art. 31. As sementes e mudas deverão ser identificadas, constando sua categoria, na forma estabelecida no art. 23 e deverão, ao ser transportadas, comercializadas ou estocadas, estar acompanhadas de nota fiscal ou nota fiscal do produtor e do certificado de semente ou do termo de conformidade, conforme definido no regulamento desta Lei.

Art. 32. A comercialização e o transporte de sementes tratadas com produtos químicos ou agrotóxicos deverão obedecer ao disposto no regulamento desta Lei.

CAPÍTULO VIII

DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Art. 33. A produção de sementes e mudas destinadas ao comércio internacional deverá obedecer às normas específicas estabelecidas pelo Mapa, atendidas as exigências de acordos e tratados que regem o comércio internacional ou aquelas estabelecidas com o país importador, conforme o caso.

Art. 34. Somente poderão ser importadas sementes ou mudas de cultivares inscritas no Registro Nacional de Cultivares.

Parágrafo único. Ficam isentas de inscrição no RNC as cultivares importadas para fins de pesquisa, de ensaios de valor de cultivo e uso, ou de reexportação.

Art. 35. A semente ou muda importada deve estar acompanhada da documentação prevista no regulamento desta Lei.

§ 1º A semente ou muda importada não poderá, sem prévia autorização do Mapa, ser usada, ainda que parcialmente, para fins diversos daqueles que motivaram sua importação.

§ 2º As sementes ou mudas importadas, quando condenadas, devem, a critério do Mapa, ser devolvidas, reexportadas, destruídas ou utilizadas para outro fim.

CAPÍTULO IX

DA UTILIZAÇÃO

Art. 36. Compete ao Mapa orientar a utilização de sementes e mudas no País, com o objetivo de evitar seu uso indevido e prejuízos à agricultura nacional, conforme estabelecido no regulamento desta Lei.

CAPÍTULO X

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 37. Estão sujeitas à fiscalização, pelo Mapa, as pessoas físicas e jurídicas que produzam, beneficiem, analisem, embalem, reembalem, amostrem, certifiquem, armazenem, transportem, importem, exportem, utilizem ou comercializem sementes ou mudas.

§ 1º A fiscalização de que trata este artigo é de competência do Mapa e será exercida por fiscal por ele capacitado, sem prejuízo do disposto no art. 5º.

§ 2º Compete ao fiscal exercer a fiscalização da produção, do beneficiamento, do comércio e da utilização de sementes e mudas, sendo-lhe assegurado, no exercício de suas funções, livre acesso a quaisquer estabelecimentos, documentos ou pessoas referidas no **caput**.

Art. 38. O Mapa poderá descentralizar, por convênio ou acordo com entes públicos, a execução do serviço de fiscalização de que trata esta Lei, na forma de seu regulamento.

Parágrafo único. A delegação de competência prevista no **caput** fica sujeita a auditorias regulares, executadas pelo Mapa conforme estabelecido no regulamento desta Lei.

Art. 39. Toda semente ou muda, embalada ou a granel, armazenada ou em trânsito, identificada ou não, está sujeita à fiscalização, na forma que dispuser o regulamento.

CAPÍTULO XI

DAS COMISSÕES DE SEMENTES E MUDAS

Art. 40. Ficam criadas as Comissões de Sementes e Mudanças, órgãos colegiados, de caráter consultivo e de assessoramento ao Mapa, às quais compete propor normas e procedimentos complementares, relativos à produção, comércio e utilização de sementes e mudas.

§ 1º As Comissões de Sementes e Mudanças, a serem instaladas nas unidades da Federação, serão compostas por representantes de entidades federais, estaduais e municipais e da iniciativa privada, vinculadas à fiscalização, à pesquisa, ao ensino, à assistência técnica e extensão rural, à produção, ao comércio e ao uso de sementes e mudas.

§ 2º A composição, a estrutura, as atribuições e as responsabilidades das Comissões de Sementes e Mudas serão estabelecidas no regulamento desta Lei.

§ 3º Cabe ao Mapa a coordenação, em âmbito nacional, das Comissões de Sementes e Mudas.

CAPÍTULO XII

DAS PROIBIÇÕES

Art. 41. Ficam proibidos a produção, o beneficiamento, o armazenamento, a análise, o comércio, o transporte e a utilização de sementes e mudas em desacordo com o estabelecido nesta Lei e em sua regulamentação.

Parágrafo único. A classificação das infrações desta Lei e as respectivas penalidades serão disciplinadas no regulamento.

CAPÍTULO XIII

DAS MEDIDAS CAUTELARES E DAS PENALIDADES

Art. 42. No ato da ação fiscal serão adotadas como medidas cautelares, conforme dispuser o regulamento desta Lei:

- I - suspensão da comercialização; ou
- II - interdição de estabelecimento.

Art. 43. Sem prejuízo da responsabilidade penal e civil cabível, a inobservância das disposições desta Lei sujeita as pessoas físicas e jurídicas, referidas no art. 8º, às seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, conforme dispuser o regulamento desta Lei:

- I - advertência;
- II - multa pecuniária;
- III - apreensão das sementes ou mudas;
- IV - condenação das sementes ou mudas;
- V - suspensão da inscrição no Renasem;
- VI - cassação da inscrição no Renasem.

Parágrafo único. A multa pecuniária será de valor equivalente a até 250% (duzentos e cinquenta por cento) do valor comercial do produto fiscalizado, quando incidir sobre a produção, beneficiamento ou comercialização.

Art. 44. O responsável técnico, o amostrador ou o certificador que descumprir os dispositivos desta Lei, estará sujeito às seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, conforme dispuser a regulamentação desta Lei:

- I - advertência;
- II - multa pecuniária;

III - suspensão do credenciamento;

IV - cassação do credenciamento.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no **caput** deste artigo, fica o órgão fiscalizador obrigado a comunicar as eventuais ocorrências, imediatamente, ao respectivo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea.

CAPÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45. As sementes produzidas de conformidade com o estabelecido no **caput** do art. 24 e denominadas na forma do **caput** do art. 22 poderão ser comercializadas com a designação de "sementes fiscalizadas", por um prazo máximo de 2 (dois) anos, contado a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 46. O produto da arrecadação a que se referem os arts. 9º e 17 será recolhido ao Fundo Federal Agropecuário, de conformidade com a legislação vigente, e aplicado na execução dos serviços de que trata esta Lei, conforme regulamentação.

Art. 47. Fica o Mapa autorizado a estabelecer mecanismos específicos e, no que couber, exceções ao disposto nesta Lei, para regulamentação da produção e do comércio de sementes de espécies florestais, nativas ou exóticas, ou de interesse medicinal ou ambiental, bem como para as demais espécies referidas no parágrafo único do art. 24.

Art. 48. Observadas as demais exigências desta Lei, é vedado o estabelecimento de restrições à inclusão de sementes e mudas de cultivar local, tradicional ou crioula em programas de financiamento ou em programas públicos de distribuição ou troca de sementes, desenvolvidos junto a agricultores familiares.

Art. 49. O Mapa estabelecerá os mecanismos de coordenação e execução das atividades previstas nesta Lei.

Art. 50. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Art. 52. Fica revogada a Lei nº 6.507, de 19 de dezembro de 1977.

Brasília, 5 de agosto de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA